

Revista do

VI SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE

CRISE
ECONOMIA POLÍTICA
OS DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS
NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO ÉTICA MORAL



Índice

Palavra do presidente	03
Os desafios contemporâneos da categoria fiscal	04
Ajuste fiscal do Governo do Estado do Paraná	10
Viver o essencial de cada dia	16
Transparência e democracia na crise política	19
Natureza política e econômica da crise	24
Crise política e tensões éticas contemporâneas	29
Como lidar com as crises de imagem e reputação?	34
Partilha federativa de recursos no Brasil	39
Arrecadação e investimentos: para onde vamos?	42
Galeria de fotos	45

REVISTA DO VI SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: José Carlos Carvalho

Vice-Presidente Sindical: Wanderci
Polaquini

Vice-Presidente de Administração: Nilce
Costa de Oliveira Nascentes

Vice-Presidente de Finanças: Olávio Pires
Pereira

Vice-Presidente de Aposentados e
Pensionistas: Delcídes Toneli

SUPLENTES

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Nilton José
Rodrigues de Oliveira; Pedro Luiz de Paula
Neto; Claudinê de Oliveira.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira
Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz
Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto
Stadler

SUPLENTES

Domingos Casselli Mansani Tavares;
Luiz Ciruelos Sobrinho; José Antonio Sarturi

CONSELHO DE REPRESENTANTES

SINDICAIS

Reginaldo de França; Sandra Regina
Alves; Carlos Alberto Tomé Coradi; João
Marcos Trípoli; Joaquim Antonio da Silva
Maia; Fernando Takeshi Ishikawa; Manoel
Marques Neto; Wagner de Faria Lima;
Genildo Duffecke Tibes; Márcio Antonio
Rib. Rosa Mazini; Luiz Antonio Marqueze;
José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato;
Osni Vito; Ademar Caetano da Silva; Rejane
Carla Fuhr Bonamico; Plínio Luiz Faedo.

SUPLENTES

Salvador Raymundo Marin; Evaldo Ernesto
Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa;
Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da
Silveira; Edson Akinori Molimoto; Ignês
Bruchez; Renato José Brisola; Erson Lopes da
Silva; Lúcia Ana Pinguello; Fred Muniz.

Publicação do Sindicato dos Auditores
Fiscais da Receita do Estado do Paraná
Rua Alferes Ângelo Sampaio, 2580
CEP 80250-120

Curitiba-PR - Fone (41) 3221-5300
www.sindafep.com.br

EQUIPE DE REDAÇÃO

Abridor de Latas

Comunicação Sindical e Institucional

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

Abridor de Latas

www.abridordelatas.com.br

Palavra do presidente



O atual cenário do Brasil proporciona desafios importantes para a atuação do Auditor Fiscal.

Ao mesmo tempo em que é exigida nossa eficiência na Administração Fazendária, somos igualmente atingidos pela perplexidade dos assuntos relacionados à crise em geral.

Por isso, o VI Seminário do Fisco Paranaense não poderia deixar de abordar a crise como foco principal. Afinal, entender a crise política, econômica, moral

e ética vivenciada é necessário para que se estabeleça o nosso papel, enquanto fisco, na transformação da conjuntura atual do país.

Para que esse entendimento fosse possível, contamos com a parceria da Escola de Administração Tributária (ESAT) e a valiosa contribuição do Secretário da Fazenda do Estado e dos demais palestrantes presentes que ministraram exposições de grande relevância durante o Seminário.

Concluimos o evento assumindo o compromisso de sermos protagonistas na busca por soluções. Uma importante e decisiva tarefa que enriquece ainda mais nossa missão de sermos Auditores Fiscais do Estado.

Deixo aqui meus agradecimentos, em nome de toda a diretoria executiva do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP), a todos os parceiros desse evento e ao público presente.



Os desafios contemporâneos da categoria fiscal

Aproximadamente 200 Auditores Fiscais de todo o estado prestigiaram palestras e debates realizados durante o VI Seminário do Fisco Paranaense.

Organizado pelo SINDAFEP em parceria com a Escola de Administração Tributária (ESAT), o VI Seminário do Fisco Paranaense aconteceu de 17 a 19 de maio na Associação Médica do Paraná.

Com a finalidade de discutir Os Desafios Contemporâneos no Setor Público, essa edição do Seminário proporcionou entendimento das diversas variáveis presentes na relação entre o trabalho do fisco e a conjuntura atual.

Segundo o SINDAFEP, o tema dessa edição vinha sendo discutido desde

agosto de 2015, e não poderia ter sido mais relevante para a categoria diante da atual crise política, econômica, ética e moral que atinge toda a população, inclusive os servidores públicos.

“Como estamos passando por crise em todos os setores, o Sindicato entendeu que trazer esse assunto para o Auditor – mesmo que não seja um tema leve para ser discutido – seria necessário”, explicou a vice-presidente de administração do SINDAFEP, Nilce Costa de Oliveira Nascentes.

Para o presidente do Sindicato, José Carlos Carvalho, as dificuldades

fazem parte da nossa existência. No entanto, conhecer bem o cenário e as circunstâncias que o envolvem é fundamental para assumirmos um posicionamento adequado. “Para agentes da Administração Fazendária que somos, encontrar alternativas adequadas é um direito e um dever”, declarou.

No mesmo sentido, o coordenador da ESAT, Carlos Dell’Agnelo, explicou que o tema do seminário permitiu importantes reflexões. “Somos os agentes da Administração Fazendária. Precisamos ser protagonistas das soluções. Se cabe a alguém trazer alguma solução, estamos no rol dessas pessoas”, defendeu Dell’Agnelo.

CERIMÔNIA DE ABERTURA

Para iniciar o VI Seminário do Fisco Paranaense, a mesa de abertura do evento foi composta pelo presidente do SINDAFEP, pelo secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, pelo diretor da Coordenação da Receita do Estado (CRE), Gilberto Calixto, pelo coordenador da Escola de Administração Tributária e pelo vice-presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), João Marcos de Souza – que introduziu as falas da noite.

“Outras carreiras deveriam seguir o exemplo do fisco paranaense e promover essas discussões porque só assim nós conseguiríamos ter soluções melhores e maiores para o nosso país. O tema escolhido não poderia ser mais atual e, além disso, mostra a preocupação dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná em discutir as mazelas e os caminhos que

nós temos para enfrentá-las”, declarou João Marcos.

Na ocasião, Gilberto Calixto também ressaltou a importância do tema escolhido para o Seminário.

“Isso nos mostra as preocupações do SINDAFEP com o futuro da classe fiscal. Seja no lado puramente classista ou no contexto institucional relacionado ao meio profissional no qual está inserido o Auditor. É sempre uma grande satisfação participar de um evento da dimensão que tem sido o Seminário do Fisco Paranaense”, expôs Calixto.

AJUSTE FISCAL

A abertura oficial do Seminário aconteceu com a palestra do secretário de Estado da Fazenda do Paraná, que contextualizou e apresentou com detalhes os investimentos realizados pelo Paraná a partir do ajuste fiscal estabelecido em 2015.

Segundo Costa, o problema do Paraná em 2014 não eram as receitas,

mas as despesas, que estavam gerando déficits orçamentários crescentes e aumento no endividamento.

A partir desse diagnóstico, a primeira medida tomada pela administração foi entender todos os problemas existentes e planejar as ações que seriam implantadas. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) deu início, então, ao chamado Ajuste Fiscal.

Para Costa, o trabalho do fisco contribuiu muito para tornar essas ações um case de sucesso.

“Agradeço a todos pelo esforço, pela dedicação. Por acreditarem no projeto que nós levamos à Secretaria da Fazenda. Tenho muito orgulho de poder dirigir pessoas como vocês, que, mobilizadas e focadas, permitem que o Paraná se diferencie. Acho que isso é motivo de orgulho para todos nós”, afirmou o secretário.

“Essa abertura do seminário foi uma surpresa muito agradável. Não esperávamos conhecer tantos números positivos como o secretário trouxe para o encontro”, declarou José Carlos Carvalho.



CRISE POLÍTICA

No segundo dia do evento, as atividades tiveram início com a apresentação do ator, músico e diretor Richard Rebelo – que, com uma ação lúdica e humorística, trouxe ao público questões diversas da atualidade.

O artista, que realiza trabalhos em eventos corporativos há mais de 10 anos, sensibilizou o público com uma palestra leve e descontraída. “Esse movimento é muito importante quando são trazidos assuntos muito técnicos ou críticos para determinado grupo. Trabalhamos com outro tipo de inteligência: a inteligência emocional”, explicou.

Na sequência, debates sobre crise e democracia permearam as discussões do seminário.

O professor e assessor de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília Creomar Lima Carvalho de Souza trouxe ao público discussões inerentes à democracia e à transparência em um ambiente de crise política.



A palestra foi versada em três eixos principais: democracia, transparência e crise.

“Em um primeiro momento, trabalhamos com as definições, ou seja, uma definição mínima de democracia e transparência. A partir disso, com o conhecimento dessas duas definições, pudemos entender como esses dois vetores são influenciados pela crise que vivemos hoje”, afirmou o palestrante.

Creomar explicou que, nesse aspecto, foi possível discutir as causas da crise – de curto, médio e longo prazo.

“Tentamos estabelecer não só um entendimento de quais são as perspectivas futuras, mas também trazer isso para a realidade dos servidores”, expôs.

CRISES E TENSÕES ÉTICAS

A perspectiva da crise econômica ganhou espaço na pauta da primeira palestra do período da tarde.

Na ocasião, o presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) e professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina, Nildo Ouriques, comentou a natureza política e econômica da situação atual do país.

Conforme seu entendimento, a crise vivenciada atualmente não é apenas uma crise moral ou ética, mas sim uma crise do sistema político de representação do país “que só poderá ser superada quando as grandes



maiorias populares entrarem em cena e quando a política não for reduzida a mero jogo eleitoral”.

Para ele, “quando milhões entrarem na política colocando seus interesses, claramente a democracia no Brasil poderá ter algum sentido e renovar a vida política brasileira.

TENSÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

Ao fim do segundo dia do Seminário, os Auditores Fiscais presentes puderam desfrutar da apresentação do colunista da Folha de S.Paulo Luiz Felipe Pondé que, com amplo discernimento, discorreu sobre tensões éticas contemporâneas relacionadas à crise e ao trabalho dos servidores públicos.

“Discutimos um pouco o *ethos* do brasileiro, caracterizado como um *ethos* dependente, pouco autônomo que sempre espera alguma coisa do Estado. Como no Brasil ainda não temos uma ética mais ligada ao trabalho, ao esforço, essa relação de dependência com o Estado faz com que,



muitas vezes, as pessoas queiram que o Estado as sustente”, expôs Pondé.

Durante sua palestra, o filósofo afirmou que a única forma de tornar o homem mais honesto é fazer com que ele deixe de ter autonomia pra decidir sua conduta. “Ou seja, que algo o obrigue a ser honesto. E esse algo, provavelmente, é da ordem das ferramentas de informação”, afirmou.

GERENCIAMENTO DE CRISES

A primeira palestra do terceiro dia do Seminário foi proferida pelo jornalista Mario Rosa, consultor de imagem e gerenciador de crise de grandes empresas nacionais e multinacionais.

Com vasta experiência em gerenciamento de crises, o palestrante apresentou reflexões de comportamentos frente às mais variadas crises cotidianas.

“COMO NO BRASIL AINDA NÃO TEMOS UMA ÉTICA MAIS LIGADA AO TRABALHO, AO ESFORÇO, ESSA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA COM O ESTADO FAZ COM QUE, MUITAS VEZES, AS PESSOAS QUEIRAM QUE O ESTADO AS SUSTENTE.”

Luiz Felipe Pondé



A partir de exemplos reais, Rosa esclareceu que, assim como instituições de grande relevância para a sociedade, o fisco paranaense não está protegido de questionamentos ou de momentos de turbulência. Por isso, faz-se necessário um comportamento coerente para passar por esses períodos.

“O gerenciamento de crises coloca em perspectiva os problemas que podem deixar a categoria um pouco desconfortável e tenta olhar isso por uma perspectiva de longo prazo, focada nos valores, na contribuição social que to-

dos os integrantes da carreira dão há muitas décadas. Portanto, um problema pontual não pode obscurecer a trajetória e a missão institucional, que é muito mais longa”, declarou o jornalista.

DOAÇÃO

Além de impressionar o público com seu conhecimento, Mário Rosa sensibilizou a todos com sua solidariedade.

Nilce explicou, ao fim da palestra, que quando solicitou a participação do jornalista no seminário, ele respondeu rapidamente com a seguinte mensagem:

“Cara Nilce, terei muito prazer em participar do evento e agradeço a lembrança do meu nome. (...) doarei a uma instituição da escolha de vocês qualquer valor de cachê. Assim, aproveitamos e fazemos, também, uma ação de responsabilidade social”.

Com isso, o SINDAFEP indicou uma entidade parceira do Sindicato para receber a doação, o Programa de Voluntariado Paranaense (Provopar Estadual).

A presidente da associação, Carlise Kwiatkowski, agradeceu com honra a indicação e recebeu das mãos do palestrante e do presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, o cheque simbólico da doação.

“Doutor Mário, isto é uma alegria muito grande para nós, que somos uma instituição privada, sem fins lucrativos e que atendemos os 399 municípios do Paraná. Nós também sofremos uma crise de imagem muito grande recentemente. (...) e eu tive a felicidade de contar com amigos, como o SINDAFEP, neste momento de crise. Então, muito obrigada, que Deus abençoe e ilumine cada vez mais sua carreira”, agradeceu Carlise.



RECURSOS NO BRASIL

Para dar continuidade aos debates do último dia do evento, os desafios da atuação da categoria foram expostos pela Auditora Fiscal Gedalva Baratto, que comentou brevemente a partilha federativa de recursos no Brasil.

Para a palestrante, os Auditores Fiscais têm um domínio bastante amplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mas é necessário, também, enriquecer os

conhecimentos da categoria no que se refere ao lado financeiro, da despesa e de como são divididas as receitas.

“Cada vez mais é exigido do profissional interfaces com outras ciências, novas percepções que envolvem a profissão do Auditor”, afirmou Baratto.

De acordo com a avaliação apresentada, seria preciso interromper a marcha da insensatez para introduzir racionalidade no debate tributário e recuperar a posição do ICMS no regime tributário e dos Estados na federação.

Posteriormente, o assunto teve continuidade durante a exposição do Auditor Fiscal Francisco Inocencio, que encerrou as atividades do Seminário trazendo ao público um diagnóstico sobre a redução da capacidade de investimento do Estado e as possibilidades de atuação da categoria para reverter esse quadro a favor do desenvolvimento da sociedade.

Na ocasião, o Auditor explicou que verifica-se aumento do gasto público, mais especificadamente para a manutenção da máquina. “O Estado está perdendo a capacidade de investir, de atender às demandas da sociedade. Portanto, esse tema é fundamental para que nós possamos discutir, em um ambiente de Auditores Fiscais, a busca pelas receitas necessárias para esse investimento”.

AVALIAÇÃO DO PÚBLICO

Na avaliação do SINDAFEP e do público em geral, a sexta edição do Seminário foi um momento importante de discussão e reflexão.

“É preciso que as pessoas reflitam para que, com isso, possamos cons-



truir como categoria nossa participação futura na solução dessas crises. Em todos os sentidos, concluímos que o resultado do Seminário foi bastante positivo, tanto pela participação representativa da categoria como pelas palestras que foram realizadas e pelo retorno dessa massa crítica que reunimos”, explicou o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

“A Fenafisco entende que iniciativas como essas que o SINDAFEP teve são fundamentais para que nosso público, os auditores fiscais, possam discutir, traçar ideias e objetivos e contribuir para a sociedade na proposta de soluções para enfrentar as crises”, declarou o vice-presidente da Federação, João Marcos de Souza.

O Auditor Fiscal aposentado Isaías Ribeiro de Andrade Neto parabenizou o SINDAFEP pelo evento e também ressaltou a importância do encontro para a discussão de assuntos da categoria.

“Esses eventos do nosso Sindicato são muito importantes para os Audito-

res e para nós aposentados – que sempre podemos ter acesso a informações atualizadas e recentes da atuação da categoria”, afirmou.

“EM TODOS OS SENTIDOS, CONCLUÍMOS QUE O RESULTADO DO SEMINÁRIO FOI BASTANTE POSITIVO, TANTO PELA PARTICIPAÇÃO REPRESENTATIVA DA CATEGORIA COMO PELAS PALESTRAS QUE FORAM REALIZADAS E PELO RETORNO DESSA MASSA CRÍTICA QUE REUNIMOS”

Wanderci Polaquini



Ajuste fiscal do Governo do Estado do Paraná

A abertura do VI Seminário do Fisco Paranaense contou com a presença do secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, que abordou o ajuste fiscal realizado em 2015 no estado.

Diante da situação de crise enfrentada pelo país, a administração da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) mostrou a todas as demais unidades da Federação que com esforço, dedicação e apoio político, foi possível transformar a realidade do Paraná.

Com os efeitos da crise política e econômica de 2014, os estados estavam falindo em razão de uma situação caótica de endividamento e de aumento das despesas. A situação do Paraná não era diferente e, por isso, a Sefa deu início, em 2015, ao chamado Ajuste Fiscal.

Em sua palestra no VI Seminário do Fisco Paranaense, Mauro Ricardo Costa contou detalhes desse projeto e afirmou que a primeira medida tomada por sua administração foi entender o problema existente e planejar as ações que seriam implantadas.

A partir daí, o Estado deu início a um case de sucesso, com equilíbrio das despesas e ampliação da arrecadação.

“O trabalho foi árduo e, com o empenho de uma equipe competente, os resultados foram alcançados com rapidez e qualidade”, relatou.

PROBLEMAS ENFRENTADOS

Segundo o secretário, os problemas do Paraná não eram as receitas, mas as despesas – que estavam gerando déficits orçamentários crescentes e aumento no endividamento.

“Um dos primeiros problemas que nós tínhamos era o crescimento das despesas em ritmo superior às receitas. Como as despesas cresceram de maneira excessiva, principalmente com relação ao pagamento de pessoal e aos encargos sociais, se deixou de pagar o quê? Os fornecedores de bens de serviços”, explicou Costa.

Nesse contexto, segundo o secretário, o estado também deixou de fazer investimentos e começou a atrasar as despesas com fornecedores de bens de serviços para não atrasar a folha de pagamento de pessoal e encargos sociais.

“Isso foi acumulando, ao longo dos anos, até que nós chegamos em 31 de dezembro de 2014 com algo em torno de 2 bilhões e meio de reais de dívidas com fornecedores vencidos e não pagos”, afirma.

Segundo Costa, outro grande problema enfrentado pelo Paraná era a subtributação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) se comparado a outros estados.

“Enquanto a maioria dos estados tributava o ICMS, a alíquota de 18% no varejo, aqui se tributava a 12%. Enquanto a maioria dos estados tributava o IPVA a 4%, a 3,5%, aqui se tributava a 2,5%”, explicou.



Além disso, o Paraná ainda não havia implantado a contribuição previdenciária dos inativos e dos pensionistas enquanto todos os outros estados também já tinham implantado.

Assim, antes de assumir a Secretaria da Fazenda, Costa propôs ao governador que editasse as leis necessárias para que houvesse a equalização das alíquotas de ICMS, de IPVA e a criação da contribuição previdenciária.

Outro ponto de ação na estratégia da Sefa foi analisar o crescimento de despesas com pessoal, que de 2010 a 2014, teve uma média de crescimento real de 30% somado a encargos sociais.

“Tínhamos, também, um excesso de vinculação. Às vezes fazemos um esforço danado para arrecadar R\$ 100,00 de ICMS. Para cada R\$ 100,00 de ICMS, fica livre para o estado apenas R\$ 30,00. Para cada R\$ 100,00 de IPVA arrecadado, fica livre para estado cerca de R\$ 20,00.

O restante são vinculações feitas em receitas do estado”, explicou.

O secretário também comentou a vinculação das receitas do Estado aos poderes, pois “além de todas as vinculações que as outras unidades da Federação têm, aqui nós temos um adicional a essas vinculações que são a dos poderes – o que nos levam algo em torno de 18,6% das receitas”, afirmou.

“ISSO FOI ACUMULANDO, AO LONGO DOS ANOS, ATÉ QUE NÓS CHEGAMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COM ALGO EM TORNO DE 2 BILHÕES E MEIO DE REAIS DE DÍVIDAS COM FORNECEDORES VENCIDOS E NÃO PAGOS.”

Mauro Ricardo Costa

Em 2010, os poderes levaram aproximadamente R\$ 1,7 bilhão em receitas. Já em 2014, estavam levando R\$ 4 bilhões.

AMPLIAÇÃO DAS RECEITAS

Dada a situação vivida pelo estado, o secretário afirmou que houve a necessidade de uma reestruturação que possibilitasse a ampliação dos recursos.

Por isso, ainda no fim de 2014, foram enviados projetos de lei para equalização das alíquotas internas do ICMS e do IPVA e instituída a cobrança da contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas que ultrapassavam o teto da previdência.

“E fizemos, também, uma grande revisão dos vários incentivos fiscais concedidos que envolvessem renúncias que o governo do estado estava fazendo a determinados setores. Avaliamos essas renúncias e aquelas que não faziam mais sentido foram ajustadas ou mesmo eliminadas”, comentou Costa.

Segundo o secretário, o programa Nota Paraná também surgiu nesse contexto para contribuir com a ampliação da receita. Satisfatoriamente, a iniciativa permitiu um aumento na arrecadação no varejo na ordem de 15,4%.

“Isso está nos ajudando por conta da crise econômica, que também está nos afetando com redução da arrecadação. São medidas compensatórias que nós estabelecemos para que não percamos tanto como outras unidades da federação estão perdendo”, declarou.

Além disso, a secretaria implantou o Programa de Parcelamento Incentivado, que resultou em R\$ 1,7 bilhão em dívidas parceladas, além do pagamento em parcela única de outros R\$ 187 milhões.

“Você jamais pode fazer um Programa de Parcelamento Incentivado que privilegie o sonegador, o inadimplente. Você pode, eventualmente, reduzir os juros, reduzir a multa,

mas tem que ser sempre em situação pior do que quem pagou em dia suas obrigações tributárias. Senão será um estímulo à inadimplência e à sonegação. Foi exatamente o que fizemos”, explicou. Além disso, Costa afirmou que foi intensificada, também, a cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

“Fizemos ações firmes de cobrança de inadimplentes e sonegadores e, ao mesmo tempo, demos oportunidade àquelas pessoas que queriam e podiam pagar um programa de parcelamento incentivado. Propusemos, também, uma lei que modernizou significativamente o imposto de transmissão de Causa Mortis e doação. Talvez seja uma das legislações das mais modernas que existe em relação ao ITCMD”, afirmou.

REDUÇÃO DAS DESPESAS

Resolver a questão da receita dependia, ainda, de uma redução das

MEDIDAS DE AMPLIAÇÃO DAS RECEITAS

1

EQUALIZAÇÃO DAS ALÍQUOTAS INTERNAS DO ICMS E DO IPVA, EQUIPARANDO-AS ÀS DOS DEMAIS ESTADOS

2

INSTITUIÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

3

REVISÃO DE INCENTIVOS FISCAIS CONCEDIDOS, PARA ADEQUÁ-LOS À ATUAL REALIDADE ECONÔMICA

4

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NOTA PARANÁ

5

PROGRAMAS DE PARCELAMENTO INCENTIVADO

6

INTENSIFICAÇÃO DA COBRANÇA DO ITCMD

despesas do estado, num volume de recursos ainda maior.

Um dos primeiros problemas enfrentados pela equipe da Sefa era relacionado ao crescimento das despesas, em ritmo superior às receitas.

“O esforço que a Administração Tributária fez e os resultados alcançados foram espetaculares. O problema foi que as despesas cresceram muito mais do que as receitas do Estado nesse período”, afirmou Costa.

Na análise do secretário, se o estado mantivesse a despesa no mesmo ritmo, o contribuinte sairia prejudicado. “Precisaríamos aumentar a arrecadação tributária. Ou seja, pedir ao contribuinte que ele pagasse mais para poder sustentar o estado, cuja despesa crescia cada vez mais. Então era importante que você reduzisse a despesa e ampliasse a receita”, afirmou.

Dessa forma, o secretário explicou que 25% do orçamento foi contingenciado inicialmente e as secretarias precisaram se adequar à nova realidade econômica.

“O governo vinha numa gastança muito grande, ou seja, empenhando sem condições de efetuar o pagamento. Determinamos aos secretários que fizessem revisão e renegociação dos contratos, das licitações em curso – de tal maneira que as secretarias se adequassem à nova realidade econômica e financeira do estado”, justificou Costa.

Durante a palestra, o secretário expôs que as renegociações dos contratos permitiram uma redução de quase 10% no valor total gasto nesse segmento, uma economia de R\$ 170 milhões aos cofres do Paraná.

“O GOVERNO VINHA NUMA GASTANÇA MUITO GRANDE, OU SEJA, EMPENHANDO SEM CONDIÇÕES DE EFETUAR O PAGAMENTO. DETERMINAMOS AOS SECRETÁRIOS QUE FIZESSEM REVISÃO E RENEGOCIAÇÃO DOS CONTRATOS, DAS LICITAÇÕES EM CURSO.”

Mauro Ricardo Costa

Também foram vedadas as contratações de pessoal e a concessão de horas extras. “Além disso, reestruturamos o plano de custeio do regime próprio de previdência do Estado, com a migração de cerca de 30 mil beneficiários do Poder Executivo, que recebiam do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário, que vinha apresentando superavit atuarial desde a última modificação legal, promovida em 2012”, ressaltou o secretário.

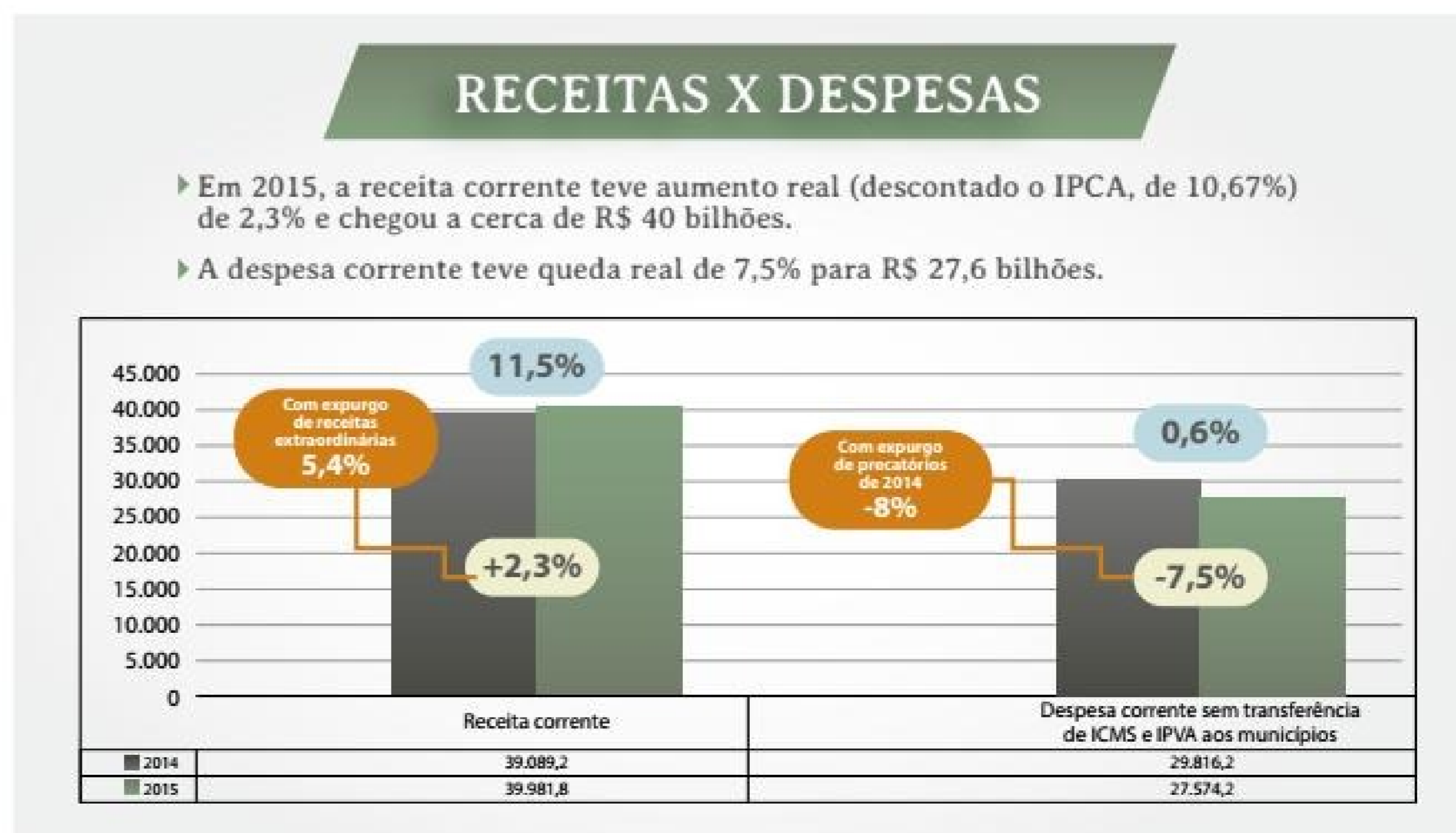
Houve, ainda, a instituição de órgãos colegiados de secretários, como a Comissão de Política Salarial (CPS), para analisar e deliberar pleitos de natureza salarial, e o Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE),

para acompanhar o desempenho de empresas controladas pelo Estado.

Outra ação destacada por Costa foi a criação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP/PR), que permitiu a desvinculação de parcela do ICMS e sua alocação em programas governamentais e ações de relevante interesse social (nutrição, habitação, educação, saúde etc).

Segundo o secretário, são recursos extremamente importantes que puderam ser desvinculados do orçamento do estado sem onerar o contribuinte.

“Com isso, conseguimos liberar R\$ 400 milhões de contingenciamento, que hoje estão alocados no orçamento, na área de assistência social, na área de



nutrição, na área de habitação, na área de justiça e cidadania”, afirmou.

RESULTADOS DO AJUSTE

A partir de todas as medidas adotadas por sua gestão, Costa mostrou ao público os resultados de 2015.

Como previsto, a despesa corrente do estado teve queda real de 7,5%, aproximadamente R\$ 27,6 bilhões.

Com a mesma relevância, houve o aumento da receita em cerca de R\$ 40 bilhões. “Vocês podem observar que nós tivemos aqui um crescimento nominal de 11,5%. Um crescimento real de 2,3%”, afirmou durante a palestra.

“Enquanto as nossas despesas caíram, em termos reais, R\$ 2,3 bilhões, as nossas receitas subiram, em termos reais, R\$ 1 bilhão. Ou seja, o esforço de redução de despesa foi maior do

que o esforço de crescimento da receita”, esclareceu.

Com a equalização de alíquotas e outras ações, o secretário afirmou que houve um destaque de crescimento na receita da área tributária – que deu um salto de 3,4% em termos reais para R\$ 27,6 bilhões.

Além disso, em comparação com outros estados, a arrecadação do Paraná foi ainda mais significativa.

“Enquanto São Paulo cai 4,9%, Rio de Janeiro 3,3%, Minas Gerais 7,6%, Rio Grande do Sul 2,8% e a União cai 6,2%, o que o Paraná teve foi 2,9% de crescimento real”, afirmou.

O secretário ressaltou, ainda, que mesmo em um ano de crise, o IPVA teve crescimento real de 25,7%, chegando a R\$ 2,8 bilhões.

“Todo esse recurso foi usado para pagar dívidas de exercícios anteriores. Ou seja, nós entramos em 2016 sem dívida. Porque em 2015 nós pagamos as dívidas de exercícios anteriores – até 2014. E não atrasamos os compromissos relativos a 2015 porque fizemos esse superávit orçamentário”, disse.

Nesse aspecto, Costa também apresentou durante a palestra a questão do endividamento do estado.

“O resultado nominal mede se a nossa dívida está crescendo ou diminuindo. A nossa dívida líquida cresce ou diminui. E aí nós podemos observar que a dívida consolidada líquida, que era de R\$ 16,5 bilhões ficou, basicamente, em R\$ 14,4 bilhões. Ou seja, nós tivemos um superávit de R\$ 1,74 bilhões”, afirmou.

Já no que se refere às despesas empenhadas, o secretário afirmou que o ajuste fiscal permitiu a redução de des-

RESULTADO PRIMÁRIO - ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		
	MELHOR QUANDO ↑	
	R\$ Milhões	
DISCRIMINAÇÃO	Janeiro a Dezembro	
	2014	2015
RECEITA PRIMÁRIA	40.015,2	43.708,8
Receitas Primárias Correntes	39.636,3	43.460,5
Receitas Primárias de Capital	378,8	248,3
DESPESA PRIMÁRIA	40.193,1	41.806,9
Despesas Primárias Correntes	37.028,3	40.656,2
Despesas Primárias de Capital	1.565,1	1.150,7
RESULTADO PRIMÁRIO	(177,90)	1.901,91
META FISCAL - LDO	(1.160,31)	(569,53)

Fonte: RREO - ANEXO VII (LRF, Art. 53, inciso III) - Despesa Empenhada



pesas com pessoal e encargos em 11,5%. Além disso, as transferências para os municípios cresceram e ajudaram as prefeituras a manterem as contas em dia mesmo com a queda nos repasses do governo federal.

“Nós estamos avançando de maneira significativa”, explicou o secretário.

ENCERRAMENTO

Ao fim da exposição dos dados referentes ao ajuste, Mauro Ricardo Costa comentou sobre a visibilidade proporcionada ao Paraná a partir do ajuste.

Um estudo desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), pela consultoria Tendências e pela *Economist Intelligence Unit* – a divisão de pesquisas do grupo que edita a revista *The Economist* – concluiu que o Paraná se tornou o 2º estado mais competitivo do Brasil, em 2015.



Nesse estudo, o estado obteve nota máxima em segurança e excelentes avaliações em infraestrutura e em educação e solidez nas finanças públicas, mesmo diante de uma grave crise econômica que assolava os demais estados.

“O Paraná também foi eleito como estado com a melhor estratégia de atração de investimentos da América do Sul. Eu acho que são fatores extremamente importantes, que só engrandecem os trabalhadores e toda a população”, explicou.

Para o secretário, esse resultado só foi possível com a colaboração de todos. Por isso, ele dedicou sua última fala da palestra para agradecer aos Auditores Fiscais presentes.

“O trabalho foi árduo e, com o empenho de uma equipe competente, os resultados foram alcançados com rapidez e qualidade. É gratificante ver o Paraná melhor graças ao trabalho desenvolvido pela Secretaria da Fazenda e de todas as outras secretarias do estado. Olhar o que realizamos até aqui nos dá forças para seguir em frente, porque o ajuste não acabou. O desafio para 2016 é aumentar os investimentos em obras, melhorar a qualidade dos serviços e manter o controle nas despesas”, declarou Costa.





Viver o essencial de cada dia

O segundo dia do VI Seminário do Fisco

Paranaense teve início com a apresentação lúdica e humorística do ator, músico e diretor Richard Rebelo.

Richard Rebelo deu início às atividades do segundo dia do VI Seminário do Fisco Paranaense com o objetivo de proporcionar um momento leve e divertido para as discussões do encontro.

Ator, músico e diretor há mais de 25 anos, Rebelo tem se dedicado há mais de 10 anos a alegrar eventos corporativos ou institucionais.

Com o tema Encontro Essencial - Introduzindo no Tempo de Cada Dia o Máximo de Eternidade, a palestra do ator estimulou a inteligência emocional dos Auditores Fiscais presentes e

proporcionou um desbloqueio às discussões críticas propostas.

No estilo *stand up*, a apresentação surpreendeu o público e conquistou atenção por meio de músicas, piadas e reflexões.

Já no início, o palestrante contou uma história de quando teve que encarar o medo de uma jaguatirica.

“Eu vim buscar café da manhã e vou ser café da manhã da jaguatirica. Eu parei, estaquei, falei ‘ai, ai, ai’. Fiquei com medo mesmo”.

No entanto, ele contou que logo “apareceu um cidadão lá no fundo



da rua – um senhorzinho, assim meio descanelado já – e gritou: Soninha! Botou uma coleira nela e foi embora. Vocês acreditam nisso? Soninha. Isso é nome para dar para jaguatirica? Que absurdo”.

Diante disso, Rebelo disse que “não tem que ter medo da vida, não. O medo é uma coisa que acontece. Mas também não dá para paralisar por causa do medo. A vida é para ser vivida”.

O ator afirmou, também, que o medo não pode impedir a nossa relação com a vida, de experimentar algo novo, como tocar um instrumento, ou de nos relacionar com as pessoas.

“Acho curioso a minha relação com o instrumento. Fico pensando nessa coisa da presença que a gente tem na vida. Encontrar as pessoas assim, conversar, prostrar. Na qualidade de presença que a gente tem pra viver a vida. Hoje em dia estamos tão parados na frente de uma tela na internet, ou mesmo quando não estamos parados no computador, estamos no celular, nos relacionando igualmente com uma tela. A gente perde esse tipo de relação interpessoal, que é uma experiência tão boa e diferente. Porque ouvir uma música mecânica, tocada por um CD, é diferente de ouvir um instrumento desse vibrar”, afirmou.

“Então, a gente não pode perder os encontros da vida – que talvez seja a coisa mais preciosa que a gente tem”, completou.

APROVEITAR A VIDA

Rebelo contou, durante sua apresentação, que é um cidadão que gosta da beleza da vida, sem repetitividade.

Para ele, a profissão de ator permite que ele tenha esse movimento mais constante, mas isso pode ser alcançado por qualquer profissional.

“Na verdade, isso é uma coisa inerente do ser humano. Você aproveitar os momentos da vida”, explicou.

São oportunidades que não se pode perder, como, por exemplo, participar de encontros diferentes, como o seminário.

“Você toma café da manhã sempre do mesmo jeito. Come sempre a mesma coisa. Você esquece que pode ter outra opção. Viver de outro jeito. Sentir o gosto do café. Ter uma conversa nova. Sair de casa para tomar um café e encontrar um pessoal para passar o dia inteiro com eles no seminário”, disse.

Dentro dessa perspectiva de observar a beleza da vida, Rebelo destacou ao público o poder da poesia e dos momentos simples que presenciamos diariamente.

“São histórias assim que fazem parte da vida da gente. Coisinhas que a gente ouve aqui e ali”, explicou.



INTERAÇÃO COM O PÚBLICO

Durante toda sua apresentação, Rebelo convidou o público a interagir com gestos e frases, o que gerou muito divertimento entre os presentes.

Ao fim, dois Auditores Fiscais que estavam na plateia foram ao palco e o acompanharam em uma música nordestina.

O ator agradeceu ao público pela oportunidade e os incentivou a vivenciar mais momentos assim nos seus cotidianos.

“Eu queria agradecer essa oportunidade de vir aqui e fazer uma coisa que eu gosto tanto. Encontrar as pessoas, contar histórias. De ter esse momento tão agradável. É importante não deixar de aproveitar os momentos do dia de hoje – que são tão importantes. Que é um encontro com as pessoas”, afirmou.

Ao fim, completou dizendo que “existe lá uma frase de um cidadão chamado Guimarães Rosa que eu memorizei e que me chamou muito a atenção. É a seguinte: ‘eu tenho ânsia de viver o essencial! Penso que há um momento na vida da gente em que o único dever que temos é lutar ferozmente para introduzir no tempo de cada dia, o máximo de eternidade’. Obrigado, foi uma satisfação muito grande estar com vocês aqui. Cauby e sua turma, valeu. Vamos aproveitar o dia de hoje”, encerrou.





Transparência e democracia na crise política

As atividades do segundo dia do VI Seminário do Fisco Paranaense tiveram continuidade com a palestra sobre transparência e democracia em um ambiente de crise política, de Creomar Lima Carvalho de Souza.

O professor e assessor de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília, Creomar Lima Carvalho de Souza, trouxe ao público discussões inerentes à democracia e à transparência em um ambiente de crise política.

O palestrante, que é pesquisador de temas da política exterior do Brasil e dos Estados Unidos, iniciou sua exposição no VI Seminário do Fisco Paranaense afirmando que toda crise é um momento de oportunidade, mas também de indagações. Na ocasião, Souza incitou o público a refletir so-

bre qual oportunidade a crise representa.

“Ela é uma oportunidade para quê? Ela é uma oportunidade pra melhoria da sociedade brasileira? Das estruturas políticas? Ou ela é uma oportunidade para que os maus possam, em algum sentido, aumentar a capacidade de ação sobre as estruturas políticas? E é isso que a gente pretende discutir com vocês hoje”.

Na sequência, o palestrante exibiu os três eixos principais que permeariam sua discussão: transparência, democracia e crise.

“Eu vou falar sobre aquilo que eu tenho conversado cotidianamente e aquilo que tem afetado a realidade de cada um de nós cotidianamente. Três vetores principais: transparência, democracia e crise. A crise pela qual estamos passando, que é uma crise de transparência, é, também, uma crise de confiança, porém, sobretudo, é uma ameaça ao próprio regime democrático”, explicou.

TRANSPARÊNCIA

Para o professor, “a transparência seria a qualidade ou a condição de ser transparente, que impede a ocultação de desvios de conduta”. No entanto, “o elemento que complica isso, de um ponto de vista político, é que muitas vezes, a classe política, por uma série de atributos, vai se tornando menos transparente”.

Quando isso acontece, fica evidente que há um descontrole do cidadão frente à atuação da classe política. “Algumas das dificuldades políticas pelas quais nós passamos hoje, são frutos da pouca capacidade de conhecimento do funcionamento do sistema político, e, por consequência, da nossa pouca capacidade de controle sobre esse sistema”, explicou.

DEMOCRACIA

A segunda definição chave, abordada durante a introdução da palestra, foi a questão da democracia – um regime político de soberania popular, consolidado pela competição saudável e respeitosa entre diversos olhares sobre os rumos que a sociedade deve seguir.

Segundo Souza, os elementos principais da democracia são as liberdades: a liberdade de escolha, a liberdade de expressão, a liberdade de opinião.

Sendo assim, democracia e transparência se cruzam com um terceiro elemento de discussão: a crise. “Mas o que é crise? A gente fala de crise o tempo todo. Tudo tem crise. Você

DEFINIÇÕES CHAVE

Transparência

- Qualidade ou condição de ser transparente;
- Qualidade que impede a ocultação de desvios de conduta.

Elemento fundamental

- Autoconhecimento;
- Autocontrole.

Democracia

- Regime político de soberania popular, consolidado por meio da competição saudável e respeitosa entre diversos olhares sobre os rumos que a sociedade deve seguir.

Elementos fundamentais

- Liberdades (escolha, expressão e opinião).

Crise

- Momento de ruptura no fundamento de um sistema, cujos resultados podem ser positivos ou negativos.

Elementos fundamentais

- Subitaneidade;
- Impresivibilidade;
- Transitoriedade.

“A CRISE PELA QUAL ESTAMOS PASSANDO, QUE É UMA CRISE DE TRANSPARÊNCIA, É, TAMBÉM, UMA CRISE DE CONFIANÇA, PORÉM, SOBRETUDO, É UMA AMEAÇA AO PRÓPRIO REGIME DEMOCRÁTICO.”

Creomar de Souza

abre o jornal no domingo: crise. Você liga a TV: crise. Você vê o programa humorístico: crise”, justificou.

CRISE

Para Creomar, a crise é um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, caracterizada por três elementos fundamentais: subitaneidade, imprevisibilidade, transitoriedade.

“E aí, basicamente, nós entramos num ponto que é fundamental. Democracia, transparência e crise estão ligados. Por quê? Porque o regime democrático exige que a sociedade, continuamente, reveja seus rumos. A revisão desses rumos envolve transparência. E a construção dessa transparência pode trazer, em alguma medida, crise”, explicou o palestrante.



AONDE COMEÇA A CRISE?

De acordo com o palestrante, a primeira das causas de uma crise é

aquilo que é chamado de causas de longo prazo, podendo ser, por exemplo, relacionadas ao modelo político,

ao modelo eleitoral, ao pacto federativo desgastado, à relação desequilibrada entre os poderes, e na relação público x privado.

Há, ainda, as causas de curto prazo. “A primeira dessas causas de curto prazo é relativa aos discursos que são estremados”, afirmou. Seguidos desses discursos, temos a percepção da apropriação do Estado pela classe política, a decepção generalizada com a política, a guerra informacional e, por fim, a crise econômica.

“Aqui está a crise. Os elementos que compõem essa crise estão aqui. Sim, a crise aparece de súbito, mas os sintomas estão ali. Só que a confluência dos sintomas fez com que a crise explodisse”, esclareceu.

Nesse contexto, o professor afirmou que é necessário analisar quais os ele-



mentos reais e os elementos ilusórios da crise, quais as responsabilidades e nossa capacidade para combatê-la.

CRISE POLÍTICA

Para o palestrante, a crise política acaba fundando nas relações sociais quando, na verdade, efetivamente, caberia uma pergunta: o que eu posso fazer?

Segundo sua exposição, “cada um de nós, em algum sentido, tem que fazer uma reflexão acerca de, dentro dessa mandala, em quais elementos podemos atuar”.

Nesse sentido, há que se manter o diálogo e não generalizar a discussão da decepção política como um discurso extremado. Conversar sobre política não significa perder uma amizade.

“Gente, isso é falso. Não, não vou comprar esse discurso extremado. Porque as coisas se tornaram tão extremas a ponto das pessoas passarem a não conversar umas com as outras. ‘Ah eu perdi um amigo.’ ‘Perdi a amizade.’ Ou então: ‘ah, eu não discuto com o fulano porque eu não quero perder a amizade’. Efetivamente, o que a gente deveria fazer é conversar, civilizadamente, uns com os outros”, afirmou.

A partir dessa reflexão, Souza expôs que a crise atual não finda com o afastamento de Dilma. “A crise não é só a Dilma. A Dilma é um dos elementos da crise. Por quê? Porque a forma como o modelo político e o modelo eleitoral são montados no Brasil exige que você tenha um grande malarista na presidência”, explicou.

Segundo o palestrante, o primeiro ponto para a crise não findar com o afastamento da presidente seria rela-



cionado aos elementos sistêmicos de longo prazo não resolvidos. A segunda questão é, justamente, a aversão política que as pessoas possuem, pois a população sempre está à espera do pior.

“O sentimento de aversão à política é muito grande. E quando o sentimento de aversão à política é grande em um regime democrático, nós, cidadãos, nos afastamos dos políticos. E ao nos afastarmos dos políticos, qual é o resultado? Os políticos fazem o que querem”, afirmou.

Para Souza, diante dessa situação, e à medida que a sociedade vai se tornando cada vez mais oposta à política, ficamos reféns de uma coisa muito séria: a narrativa.

Isso quer dizer que a classe política vai construir discursos feitos – não pra atender os interesses públicos, mas pra dar a impressão que eles estão lutando por esses interesses.

“Se não há um controle continuado sobre a ação e a atividade do político,

efetivamente, todos nós nos tornamos reféns do mau uso que o político faz para aquilo que nós o empregamos, que é o mandato. Nós nos tornamos reféns disso”, explicou.

Nesse contexto, o palestrante partiu para uma análise da situação atual do país que, conforme sua exposição, é resultado da perpetuação desses choques narrativos, do sentimento de aversão à política e dos elementos sistêmicos de longo prazo não resolvidos.

“Qual é o contexto que a gente tem? Governos acuados: Dilma afas-

“QUANDO O SENTIMENTO DE AVERSÃO À POLÍTICA É GRANDE EM UM REGIME DEMOCRÁTICO, NÓS, CIDADÃOS, NOS AFASTAMOS DOS POLÍTICOS.”

Creomar de Souza

“A GENTE VAI AVANÇAR PARA UMA CORRUPÇÃO 3.0 NA QUAL VOCÊS SERÃO REFÊNS DE UMA CLASSE POLÍTICA QUE NÃO QUER SE APRIMORAR E REFÊNS DE UM CIDADÃO QUE ACREDITA QUE PAGAR IMPOSTOS É RUIM. OU A GENTE MIGRA PRA UMA DEMOCRACIA DE ALTA QUALIDADE. QUE É O QUE EU ESPERO. É O QUE EU DESEJO.”

Creomar de Souza

tada e Temer sob desconfiança”, expôs.

Soma-se a isso a classe política contestada, a incerteza política, a falta de confiabilidade econômica e, como consequência, a convulsão social.

“E esse problema se manifesta onde? Quem fica sem receber salários? Vocês. Eu. Por quê? Porque a gente se afasta da política. Porque nós abrimos mão da nossa responsabilidade, do nosso direito de internalizar

para os políticos, que são servidores públicos. E aí está uma falha sistêmica da nossa democracia. Responsabilidade nossa, meus caros”, afirmou Souza.

De acordo com o entendimento do palestrante, todas essas questões estão ligadas aos elementos já apresentados. Portanto, é necessário entender quais são as narrativas desse contexto, principalmente do contexto atual do país.

A primeira delas é favorável ao petismo. Sob essa narrativa, em especial, há apego a argumentos históricos da ideologia partidária e apelo à luta de classes.

Para Souza, do outro lado, existe a narrativa contrária ao petismo e a neutra.

CAMINHOS POSSÍVEIS

Frente a essas narrativas e à convulsão social estabelecida, o palestrante apresentou ao público três possíveis cenários para enfrentar o contexto atual.

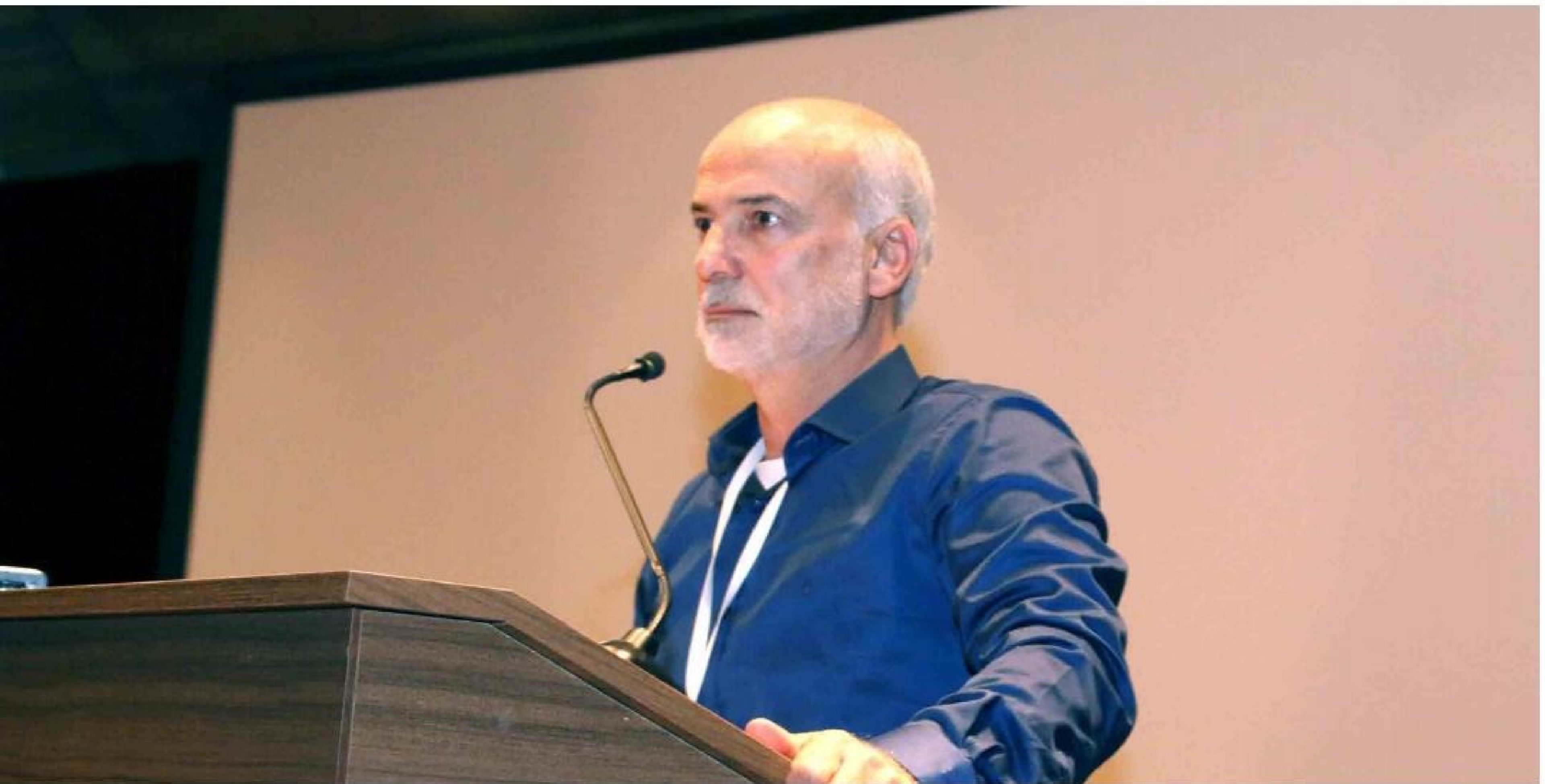
“Eu posso dizer que a gente tem três oportunidades. Uma é otimista. A gente passa por um grande aprimoramento político institucional. Brasil sai da crise melhor. Reforma o sistema político. Reforma o sistema eleitoral. Dá uma limpa na representação. Isso tem efeito positivo sobre toda a estrutura”, ressaltou.

A segunda opção seria uma vertente pessimista, com deterioração político-institucional. “Brasil vira algum tipo de república de banana, desagregada”, explicou.

A terceira e última opção apresentada pelo palestrante foi a realista, na qual seriam necessários ajustes pontuais no quadro político institucional.

“A gente vai avançar para uma corrupção 3.0 na qual vocês serão refêns de uma classe política que não quer se aprimorar e refêns de um cidadão que acredita que pagar impostos é ruim. Ou a gente migra pra uma democracia de alta qualidade. Que é o que eu espero. É o que eu desejo”, finalizou.





Natureza política e econômica da crise

O colapso do sistema político brasileiro e os aspectos fundamentais que permeiam a crise econômica do Brasil foram tema da palestra de Nildo Ouriques no segundo dia do VI Seminário do Fisco Paranaense.

O presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) e professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina, Nildo Ouriques, deu continuidade à programação do segundo dia do Seminário palestrando sobre a natureza política e econômica da crise brasileira.

Na ocasião, o palestrante defendeu que não há uma saída fácil para a crise e que, para entendê-la, de fato, é necessário recordar fatos políticos e econômicos que antecederam essa conjuntura.

Baseado na teoria apresentada em seu livro *O Colapso do Figurino Fran-*

cês, Ouriques iniciou sua palestra abordando o sistema PTucano.

“O que é o sistema PTucano? O Brasil, desde o período da democratização, sofre com uma oposição. De um lado o Partido dos Trabalhadores e do outro o PSDB. O sistema PT-Tucano”, explicou.

Para o palestrante, esse sistema, originalmente, tinha a função de representar as duas parcelas que compunham a sociedade brasileira. “Na origem, tanto um partido como o outro, representavam um pouco a ideia de um Brasil moderno. O PT e o PSDB

tinham um sentido, faziam um sentido histórico. O PSDB [era] um partido das classes médias e dos endinheirados e, do outro lado [tínhamos] um partido dos trabalhadores, com certo radicalismo político”, comentou.

No entanto, o funcionamento desse sistema começou a entrar em declínio em 1994 e a oposição que expressava as contradições do país começou a se dissipar.

“Nesse contexto, o sistema político expressava uma certa classe média, uma classe dominante branca, reunida em São Paulo, – que sonhava em transformar o Brasil numa segunda Paris. E do outro lado, os proletas, as massas representadas pelo petismo. Eis que chegou 94 e a classe dominante identificou o pior inimigo do homem: a inflação”, afirmou.

Segundo Ouriques, a inflação era uma novidade total para a ciência econômica, mas foi aceita como verdade absoluta e todo mundo, então, se rendeu ao Plano Real.

“Fernando Henrique Cardoso, nunca me esqueço, teve duas vitórias eleitorais absolutamente tranquilas. Não havia adversário possível. O ex presidente Lula sofreu duas derrotas acachapantes. Na terceira decidiu mudar” e, a partir de então, “o petismo passou a adotar a estratégia do plano real e venceu a eleição”, explicou.

“E o que nós vimos a cada ano que passava? O partido dos trabalhadores e seu líder começaram a pregar “Lulinha paz e amor”. Começou a se transformar num segundo Fernando Henrique Cardoso”, expôs Ouriques.

Nesse momento, a polarização da sociedade brasileira já não começava a ter expressão no terreno partidário e, cada vez mais, o PT se assemelhava ao PSDB.

“O PT, finalmente, roubou a estratégia econômica do PSDB e agregou a ela uma pitada de caridade cristã: os programas sociais. Pegou aquele programa do PSDB e agregou os programas de natureza social. Deu uma

identidade pra essa massa. E teve eficácia eleitoral”, afirmou.

Entretanto, conforme explicação do palestrante, tal eficácia eleitoral não representava uma ação diferente do que já era feito pelo partido da oposição.

“Já digo isso porque tem aqueles caras preconceituosos que dizem: esse pessoal da bolsa família vota. Mas os industriais votam. Os banqueiros votam. Os fazendeiros aqui de Londrina e de Maringá votam. Porque ganham políticas dirigidas. De câmbio, de crédito do Banco do Brasil, etc. Por isso é que votam. Cada um vota de acordo com o que ganha do sistema. Um ganha um bolsão e outro ganha uma bolsinha”, explicou.

DIGESTÃO MORAL DA POBREZA

Ouriques explicou, então, que a estratégia econômica adotada a partir da eleição do PT era a mesma do PSDB, mas com uma visão social.



Gradualmente, isso se incorporou à vida nacional e, por fim, se incorporou de tal forma que, na última disputa eleitoral, por exemplo, o candidato Aécio Neves prometeu não apenas manter o Bolsa Família, mas também acrescentar o 13º para o benefício.

“O que isso significa? Significa que os tucanos adotaram a tese da caridade cristã. Por uma razão óbvia: era muito barato – 0,47% do PIB – nada. É o que eu chamo de digestão moral da pobreza”, afirmou.

A partir desse aspecto, Ouriques salientou que isso não foi encarado negativamente pelas classes superiores.

“Não tem um grande empresário, um grande latifundiário, um grande banqueiro, um presidente de multinacional criticando o bolsa família. Eles sabem, opa, estão tratando a questão social com uma migalha. Agora é dada uma resposta para as classes subalternas sem tocar na propriedade e sem tocar no poder”, afirmou.

Isso foi o que o palestrante chamou de digestão moral da pobreza.

CRISE NO SISTEMA POLÍTICO

Segundo Ouriques, a partir desse consenso no qual os petistas começaram a adotar estratégias econômicas dos tucanos e vice e versa, o sistema político foi ficando cada vez mais igual.

Para ele, essa comunhão de interesses limou as diferenças e os partidos políticos perderam sua representatividade, colapsaram.

“Quando milhões começam a observar e dizer, ainda com uma consciência ingênua, e não com uma consci-



ência crítica, ‘são de fato todos iguais’, eu digo: ‘são iguais’. É porque o sistema político afundou”, declarou o palestrante.

Assim, segundo o palestrante, um sistema político funciona quando há antagonismo nos partidos, pois vivemos em uma sociedade atravessada pela desigualdade.

“E se a democracia serve pra alguma coisa, há de servir para mostrar que temos interesses diferentes em jogo. É pra isso que serve o sistema político. Pra mostrar que há diferenças extremas” e, também, para mostrar que não há interesses gerais.

“Se não houver uma recuperação de identidade de classe nos partidos políticos, eles vão continuar representando: ora você vai votar num, ora noutro”, completou Ouriques.

DÍVIDA PÚBLICA

Conforme explicação do palestrante, quando o país adotou o modelo do Plano Real houve uma estabilização da moeda.

No entanto, essa estabilidade foi fundada no aprofundamento da desigualdade e na alienação da soberania no Brasil.

“Porque em 94 foi feita uma aliança de classe entre quem? Banqueiros nacionais e estrangeiros, multinacionais, capital produtivo, capital agrário, capital comercial e fundos de pensão dos trabalhadores das estatais. Lembra das estatais?”, afirmou.

“SE A DEMOCRACIA SERVE PRA ALGUMA COISA, HÁ DE SERVIR PARA MOSTRAR QUE TEMOS INTERESSES DIFERENTES EM JOGO. É PRA ISSO QUE SERVE O SISTEMA POLÍTICO. PRA MOSTRAR QUE HÁ DIFERENÇAS EXTREMAS ”

Nildo Ouriques

“O PROBLEMA DO BRASIL NÃO É UMA CRISE FISCAL. HÁ UMA CRISE FISCAL, MAS O GRANDE PROBLEMA NÃO É ESSE. O PAÍS FUNCIONA QUASE COMO UM REGIME DE UM PAÍS EM GUERRA. (...) GASTA METADE COM PAGAMENTO DE JUROS, DIVIDENDOS E RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA.”

Nildo Ouriques

“Fizeram os fundos de pensão. Os fundos de pensão começaram a investir em quê? Dentre outras coisas, começaram a investir nos títulos da dívida pública”, introduziu o palestrante.

Nesse contexto, os juros, que giravam em torno de 9 a 12%, foram elevados a 49%. “Determinação do Banco Central. Põe a Celic lá em cima. Chegou a 54% a taxa de juros. O que aconteceu? Os capitalistas começaram a fazer o seguinte: para que produzir se podemos ganhar horrores nos títulos da dívida”, explicou.

Assim, a dívida pública, que antes representava R\$ 64 milhões, aumentou 10 vezes até o fim do mandato de

Fernando Henrique Cardoso, chegando a R\$ 720 bilhões.

Segundo Ouriques, Lula multiplicou esse valor por 2 e Dilma também. E a dívida, contando com a do tesouro nacional, chega a quase R\$ 4 trilhões hoje.

“De onde veio a estabilidade. Da competitividade das empresas? Não. Veio de uma gigantesca dívida pública, criada para a valorização fictícia do capital. Para agraciar, em primeiro lugar, banqueiros. Não só banqueiros, também os fundos de pensão que começaram a contratar títulos da dívida pública”, justificou o palestrante.

Diante dessa situação, o que aconteceu, de 1994 até agora é que o Brasil

foi se tornando cada vez menos um país industrial e com grande desnacionalização da indústria, veio o super endividamento estatal.

Segundo Ouriques, o que restou como alternativa foi criar uma economia exportadora e, com isso, uma desindustrialização gigantesca começou em 94, com o plano real, e foi se aprofundando em cada governo.

“Em um governo nos estávamos discutindo a estabilidade da moeda e no outro estávamos felizes pelo aumento do consumo. Agora estamos todos paralisados pelo debate sobre a corrupção. E o essencial não passa na consciência dos homens. Aquilo que é essencial em economia política a maioria não está vendo”, ressaltou.

Para Nildo, a crise brasileira não é uma crise fiscal, é uma crise financeira.

“O problema do Brasil não é uma crise fiscal. Há uma crise fiscal, mas o grande problema não é esse. O país funciona quase como um regime de um país em guerra. Gasta metade de tudo que arrecada, ou seja, dos impostos e da alienação de bens. Gasta metade com pagamento de juros, dividendos e renegociação da dívida interna”, justificou.

ENCERRAMENTO

Criticando as reformas econômicas de longo prazo, o palestrante encerrou sua exposição no VI Seminário do Fisco Paranaense condenando as medidas que acabaram com o sentido de representação política das pessoas.

“Estamos todos nós, mais ou menos conscientes. Sentindo um tipo de



orfandade. Todo mundo se sente um pouco órfão. Eu votava no PSDB, mas não dá mais. Eu votava no PT, não dá mais. Eu votei num sujeito lá, não dá mais. Tá ruim. Uma certa orfandade”, afirmou.

Por isso, para Ouriques, quando esse sentimento de orfandade é despertado, aqueles que podem enxergar carregam a consciência dos milhões que ainda não estão enxergando.

“Abandone as crenças do passado. A crise é exatamente pra remover aquelas crenças que fizeram o Brasil tão ruim, tão dependente, tão subdesenvolvido”, disse.

Sendo assim, o palestrante afirmou que as entidades sindicais também precisam assumir uma missão nesse momento.

“Os sindicatos devem começar a ser a voz da razão. Nós já vimos tanta gente tendo pretensão no Brasil. Sem lastro. Os sindicatos, pelo menos, são instrumentos permanentes dos trabalhadores. E devem ser ousados nesse momento. A principal atividade política do sindicato, nesse momento, é uma atividade intelectual. Num país que abobou, ficou tão limitado, intelectualmente, aqueles que podem enxergar carregam a consciência dos milhões que ainda não estão enxergando”, finalizou.

“AQUELES QUE PODEM ENXERGAR CARREGAM A CONSCIÊNCIA DOS MILHÕES QUE AINDA NÃO ESTÃO ENXERGANDO.”

Nildo Ouriques





Crise política e tensões éticas contemporâneas

Luiz Felipe Pondé deu sequência à programação do segundo dia do Seminário falando sobre crise política e tensões éticas contemporâneas.

É possível superar o complexo de vira-lata da política brasileira? Essa foi a indagação que permeou a palestra do doutor em Filosofia pela USP e colunista da Folha de S.Paulo, Luiz Felipe Pondé, no VI Seminário do Fisco Paranaense.

Conforme explicação do estudioso, complexo de vira-lata é uma expressão criada pelo dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues que representa a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, relacionado ao resto do mundo.

“O complexo de vira-lata do brasileiro é que o próprio brasileiro, no fun-

do, se acha um lixo. O brasileiro queria ser um pastor alemão. Os baixinhos queriam ser um lhasa apso. Mas, é um vira-lata. Vira-lata no sentido de não ter nenhum grande pedigree histórico. Não é um francês ou um alemão. Nós somos uma mistura de um monte de coisa”, explicou.

A permeação de tal comportamento, no entanto, resulta em nada mais, nada menos, do que um conjunto de tensões éticas contemporâneas.

“Isso é o exemplo do complexo de vira-lata que Nelson diz. Essa coisa de você querer parecer o que não é. Você

“O TERMO ‘ÉTICA’ ACABOU SE TRANSFORMANDO NUMA DISCUSSÃO SOBRE NORMATIZAÇÃO DE COMPORTAMENTO. E ‘MORAL’ FICOU UM POUCO MAIS COMO UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO, SEJA POR RAZÕES SOCIAIS, BIOLÓGICAS, OU PSICOLÓGICOS.”

Luiz Felipe Pondé

ter certo nojinho quando o brasileiro mostra a cara. Isso é uma coisa muito comum, inclusive entre nós intelectuais. Eu, como intelectual, olho para isso e digo assim: eu não aguento, esse povo brasileiro é muito vira-lata. É esse nojinho que eu estou chamando de complexo vira-lata”, explicou.

Para introduzir essa relação entre o comportamento brasileiro e as tensões éticas, Pondé continuou sua palestra partindo da explicação da palavra ética.

“Normalmente a gente fala muito [sobre ética] em ambientes sociais quando não sabe direito o que quer dizer. A gente fala: O fulano é ético. [Mas] uma das coisas mais importantes nesse assunto sobre ética é você saber que quando alguém se auto-denomina ético, você deve se afastar dele. Porque uma das coisas que a gente aprende na discussão sobre ética é a seguinte: a virtude é algo que só o outro identifica em você”, afirmou.

De acordo com sua explicação, quando abordou o significante *ethos*, que designa – dentre outros aspectos – a imagem que o orador transmite por meio do discurso o qual está regendo, ética – relacionada à sociologia – “é uma palavra que vem do grego, *ethos*, que significa hábitos e costumes”, e representa um sinônimo da palavra moral – “Humorus, que é humores, hábitos e costumes, uma tradução dos romanos para ética. O termo ‘ética’ acabou gerando uma discussão sobre normatização de comportamento. E ‘moral’ ficou um pouco mais como uma análise do comportamento humano, seja por razões sociais, biológicas, ou psicológicos”, completou.

DEMOCRACIA

Num segundo momento de sua palestra, Pondé relacionou o complexo de vira-lata à situação da democracia atual.

Para ele, uma das grandes tensões éticas na relação com o público e com a política no mundo contemporâneo está ao redor, justamente, do que significa democracia, com o “modelo de democracia que a gente tem hoje, que é democracia representativa, que envolve milhares de pessoas”.

Pondé afirmou, também, que a democracia é meio instável. “Ela fala, ela dá voz a pessoas que, na verdade, no dia a dia estão ocupadas com a janta, com a compra do pão, com o filho que precisa ser levado à escola. Então são pessoas que não estão envolvidas com grande teoria sobre o mundo”.

Nesse sentido, “uma das tensões associadas à democracia é, justamen-





te, o fato de que as pessoas, no seu dia a dia, tomam decisões que a gente não tem muito controle. Escolhem pessoas que os mais inteligentes não concordam”, afirmou.

Para o palestrante, assim surge um dos grandes problemas no país, que é o fato de que grande parte das pessoas continua tendo uma expectativa de que os problemas da sociedade não são de sua responsabilidade. “O governo que resolva as coisas. O Estado que resolva as coisas”, exemplificou.

ETHOS AUTORITÁRIO

“Outra compreensão da democracia, que é muito mais complicada, é enfrentar o fato de que a maior parte das pessoas não pensa como você. Então, essa é uma visão de democracia mais próxima de um *ethos* autoritário, que é a seguinte: quanto menos você interferir no corpo social das pessoas, mais elas vão aprender a se virar e a se referir a formas e conhecimentos que eu não sei exatamente qual é”, afirmou.

Para exemplificar sua explicação, o palestrante supôs uma situação em que esse *ethos* autoritário aparece.

“Eu não sei o que é ser um Auditor Fiscal, no dia a dia. Eu posso até pegar um livro e estudar como é isso na teoria, mas eu não sei como é fazer isso. Eu não faço isso todo o dia, não sei as reentrâncias e a saliência, o que significa esse tipo de coisa. Esse conhecimento microscópico, como se fala que existe das coisas. Então, assim, no momento em que, de repente, a partir de um livro escrito eu come-



ço a tentar dizer como todos vocês devem se comportar, seguramente tem um *ethos* aí. Que *ethos* é esse? É um *ethos* autoritário”, explicou.

A partir disso, Pondé comentou a concepção de que o Brasil é um país autoritário por ter uma elite bastante autocrática e, também, por muitas pessoas o encararem como protagonista desse *ethos*.

“Que *ethos* autoritário é esse? É aquele que manifestamos quando dizemos como as pessoas devem agir, pensar, amar, gostar de construir seu universo de referências morais, estética, seja lá como for. Por quê? Porque eu entendo que esse universo não está à altura do que eu acho que deveria estar”, afirmou.

Segundo Pondé, essa postura está presente na própria história da democracia do país e alimenta a ideia de que existe um conjunto grande de pessoas que não sabem direito o que fazer e um conjunto menor de pessoas que devem ensinar o que essas pessoas devem fazer.



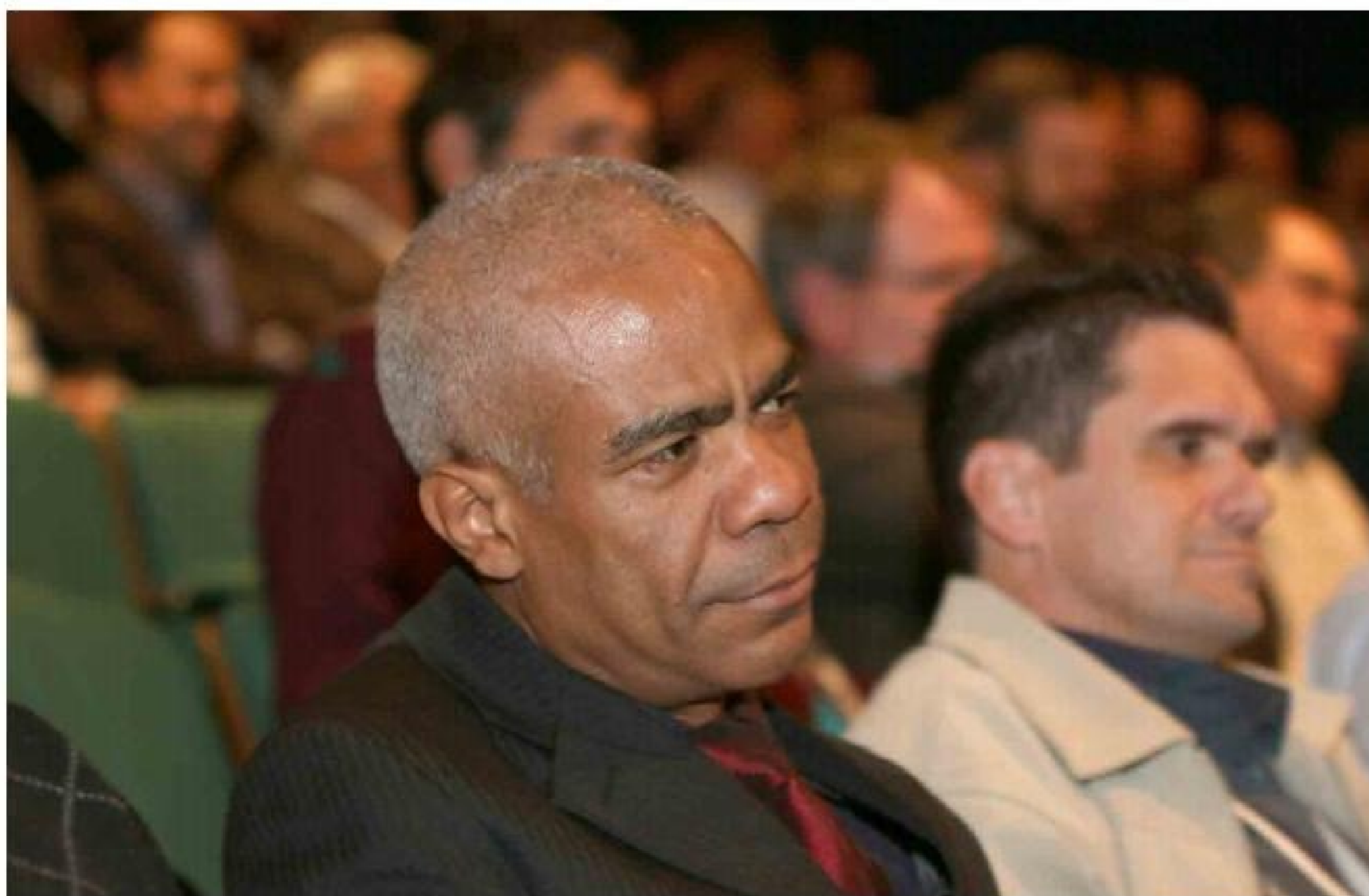
“É a suposição de que existe uma ignorância dispersa em geral na população. Então me parece que é isso que alimenta de novo a visão que a gente tem da política brasileira”, afirmou.

Para o palestrante, o fato de muitas pessoas considerarem grande parte da população ignorante é uma tensão real do mundo contemporâneo em que vivemos.

Exemplificando, Pondé expôs que a gente aprende que deve amar o povo e que a democracia é um regime popular. “Mas, no fundo, a gente passa a maior parte do tempo com vontade de bater no povo, em razão do que ele escolhe”.

“A gente tem uma desconfiança de que o gosto da maior parte das pessoas é uma porcaria, porque elas são ignorantes. Isso é uma tensão do mundo contemporâneo” e, para Pondé, isso é um outro âmbito de discussão sobre democracia, ética e política no Brasil.

“No fundo, no fundo, pelo menos, grande parte desse conjunto de pessoas que constitui o universo intelectual brasileiro, que reflete sobre as coisas – a esmagadora maioria de nós – acha que o povo é o grande problema da solução do mundo. Se não existisse o povo, estava tudo resolvido. Ou se o povo passasse a gostar do que eu gosto, falar do jeito que eu falo, votar em quem eu quero, ter os seus projetos de vida [estaria tudo resolvido]”, ressaltou.





Outra questão que essa perspectiva levanta, segundo o palestrante, é o fato de que democracia e verdade, não se misturam. Para ele, são como água e vinho, pois nunca se sabe aonde está a verdade na democracia.

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Sob essa análise da democracia e do *ethos* brasileiro, abre-se um novo âmbito de discussão, que é da democracia, da ética e da política no Brasil.

“No mundo da democracia, que é o nosso mundo discutido existe um monte de tensões, dúvidas e, na realidade, os grupos que disputam o poder na política vão fazendo o que podem para conseguir com que as pessoas o aceitem”, disse Pondé.

Dessa forma, o palestrante questionou qual seria a saída para o comportamento ético na política e, conforme sua exposição, somente os procedimentos objetivos de informação poderiam resolver esses dramas de comportamento ético.

“Como se resolve o problema da ética na gestão? Simples: procedimentos transparentes, objetivos a partir de ferramentas da informação. Porque os sistemas de informação são, na realidade, a grande ferramenta que impressiona o comportamento das pessoas no sentido da transparência”, afirmou.

Sobre essa questão, Pondé comentou fatos atuais da política que poderiam ser solucionados a partir desse sistema de gestão ética. “Tem gente que fala que a operação lava jato é a coisa mais importante que já aconteceu nos últimos anos no país, e podem tentar convencer um monte de gente daquilo. Agora, a verdade, verdade mesmo, é que no meio dessa confusão o que pode resolver dramas de comportamento ético, cada vez mais, são procedimentos objetivos de informação”, explicou.

Assim, para o palestrante, a tecnologia da informação torna-se uma das ferramentas mais importantes do debate ético, porque é a produção objetiva e mandatória da transparência.

“A democracia vai deixar de ser mentirosa. Não é o tanto que ela é mentirosa. É que ela reproduz opiniões diferentes da mesma coisa. E nesse processo pode ter opiniões que, inclusive, não tem nenhuma intenção de discutir nada. A não ser convencer que o outro vote igual a você. Ou vote em você. Mas as ferramentas de transparência vão acuar bastante”, justificou.

Complementando sua argumentação, Pondé afirmou, ainda, que a única forma de você tornar o homem mais honesto é fazer com que ele deixe de ter autonomia para decidir se ele vai ser honesto.

“Ou seja, que algo o obrigue a ser honesto. E esse algo, provavelmente, é da ordem das ferramentas de informação.

“COMO SE RESOLVE O PROBLEMA DA ÉTICA NA GESTÃO? SIMPLES: PROCEDIMENTOS TRANSPARENTES, OBJETIVOS A PARTIR DE FERRAMENTAS DA INFORMAÇÃO. PORQUE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SÃO, NA REALIDADE, A GRANDE FERRAMENTA QUE IMPRESSIONA O COMPORTAMENTO DAS PESSOAS NO SENTIDO DA TRANSPARÊNCIA.”

Luiz Felipe Pondé



Como lidar com as crises de imagem e reputação?

O jornalista, consultor de imagem e de crise de grandes empresas nacionais e multinacionais, Mario Rosa, introduziu as atividades do terceiro dia do VI Seminário do Fisco Paranaense com uma palestra sobre gerenciamento de crises.

A sociedade moderna nos apresenta um desafio diário, que é lidar com o consumo extremo de informação e tecnologia. Para o jornalista, consultor de imagem e de crise de grandes empresas nacionais e multinacionais, Mario Rosa, esse cenário oportuniza uma linha de montagens para escândalos e questionamentos públicos.

“Vivemos, hoje, em um mundo de convergência, e às vezes esquecemos que a convergência tem mão dupla. Nós estamos mais perto do mundo, é verdade. Mas o mundo está mais perto da gente também. E toda vez que

alguém vê alguém de perto, vê muito mais os defeitos”, explicou.

Segundo Rosa, isso é consequência do território tecnológico em que vivemos e que acaba produzindo a possibilidade de que os nossos erros, nossas falhas e nossas contradições, por menores que sejam, adquiram uma dimensão gigantesca.

Diante disso, o tema da palestra do consultor durante o VI Seminário do Fisco Paranaense foi, justamente, o gerenciamento das questões públicas que findam em crises de imagem.

Para ele, não adianta levar à dis-



cussão apenas as condutas individuais, mas é necessário entender também qual a repercussão dessas condutas na vida de cada um de nós.

“A noção de público e privado está cada vez mais difusa, então todos nós somos pessoas públicas em última instância. E nosso comportamento diante das coisas da nossa vida tem que mudar. O nome disso, como rótulo, é gerenciamento de crises”, afirmou.

Conforme explicação do palestrante, o gerenciamento de crises sob a perspectiva da comunicação está muito mais ligado à prevenção e à manutenção de uma “saúde permanente” do que ao tratamento de calamidades.

Dessa forma, a conquista e a manutenção de reputações é um exercício diário, permanente, no qual é preciso que se tenha uma postura proativa de entender e evitar os riscos de crises por meio do discernimento da situação.

GERENCIAMENTO DE CRISES

No que se refere à história do gerenciamento de crises, Rosa expôs que tudo começou nas grandes plantas industriais, mais especificamente no desenvolvimento de planos de contingência industrial.

Somente mais tarde é que essa postura começou a ser planejada por profissionais específicos, preocupados com a repercussão pública dessas situações.

“Quando chegou ali por 1960, o pessoal de relações públicas começou a adotar essa ideia de planejamento pra situações extremas para lidar com a opinião pública”, explicou.

A partir daí, popularizou-se a noção de que é necessário atentar-se a duas instâncias envolvidas nas situações críticas: o local em que isso ocorreu e o imaginário social sobre isso.

“Então você tem que ter um plano muito bom para evitar a tragédia ali ou para reduzir os danos, quando acontece, fisicamente. Mas não adianta você fazer esse plano perfeitamente se a percepção das pessoas sobre essa condição não for, também, eficiente. Então começou a se desenvolver toda uma teoria sobre o gerenciamento de crise”, justificou.

Segundo o consultor, o princípio básico do gerenciamento de crise em comunicação é que a crise é imprevisível, mas as ações que decorrem dela podem ser previsíveis – “você nunca sabe quando vai acontecer e faz tudo para que não aconteça” – mas depois que ela acontece são identificados determinados padrões.

No caso da opinião pública, por exemplo, Rosa afirmou que crises produzem indignação, exposição negativa muito grande, ações de diversas instâncias institucionais – ou seja, fatores que já são previsíveis.

“Quando cai um avião você sabe que vai ter um momento de muita comoção. Que será preciso a liberação da lista de passageiros, a assistência

“A NOÇÃO DE PÚBLICO E PRIVADO ESTÁ CADA VEZ MAIS DIFUSA, ENTÃO TODOS NÓS SOMOS PESSOAS PÚBLICAS EM ÚLTIMA INSTÂNCIA. E NOSSO COMPORTAMENTO DIANTE DAS COISAS DA NOSSA VIDA TEM QUE MUDAR.”

Mário Rosa

às famílias. Que vai ter todo o processo de, digamos assim, sofrimento durante uma semana. Bom, se você sabe mais ou menos o que vai acontecer, quais serão os desdobramentos, você pode planejar para que nesse momento você possa não agir só movido pela imprevisibilidade a determinados padrões”, exemplificou.

Partindo dessa conclusão de que, se há padrões nas crises você pode planejar e refletir sobre eles antes que determinada situação aconteça, Rosa afirmou que, “então o gerenciamento de crises, no fundo, é uma sistematização de paranoias que não precisa de muito dinheiro”.

CRISES DE CONFIANÇA

Mas, afinal, o que é uma crise de imagem, uma crise de reputação? “O que a gente está chamando de crise aqui é uma crise – digamos com C maiúsculo – que é aquela crise que prejudica a capacidade dos outros confiarem em nós. São crises de confiança. (...) estamos falando de uma sentença de morte profissional, social, pessoal. As pessoas hoje estão cada vez mais desconfiadas”, explicou Rosa.

No entanto, apesar da gravidade, crises de confiança também são crises que podem ser refletidas antes de acontecerem. Segundo o palestrante, primeiro é preciso esforço para que crises não aconteçam, mas é importante, também, não cair no vazio e ter uma atitude prévia para planejar suas ações, caso isso ocorra.

“Ou seja, tem todo um arcabouço técnico de medidas pra terminar

“O QUE A GENTE ESTÁ CHAMANDO DE CRISE AQUI É UMA CRISE - DIGAMOS COM C MAIÚSCULO - QUE É AQUELA CRISE QUE PREJUDICA A CAPACIDADE DOS OUTROS CONFIAREM EM NÓS. SÃO CRISES DE CONFIANÇA.”

Mário Rosa

essa primeira. Com vários padrões de diagnóstico racionais sobre atitudes e comportamentos perante situações de questionamento público. Isso existe”, afirmou.

O problema da reputação pessoal atualmente, segundo Rosa, é que ela é fortemente impactada pela própria ética imposta pelas novas tecnologias. Todo mundo é público, num certo sentido. Todo o mundo.

“Este mundo passa a funcionar com outras lógicas: a primeira delas é que não existe mais o cidadão comum. Todo mundo é incomum. Todo mundo, potencialmente. Quando você en-

tra em um elevador, você pode estar entrando no jornal nacional. Porque tem uma câmera ali”, explicou.

Nesse contexto, o palestrante expôs que a vida pública passou a ser a nossa vida e os nossos erros passaram a estar mais próximos de todo o mundo. “Antigamente, um pequeno erro ficava longe dos outros. Hoje um pequeno erro está a um clique do mundo. Um clique”, justificou afirmando que a escala do erro aumentou.

Segundo Rosa, tudo isso é muito doloroso e explica, de certa forma, a proliferação de tantos escândalos e tantas contradições. “E se todo o mundo está



mais perto de todo o mundo, os nossos erros estão mais próximos de todo o mundo. Principalmente. Todos nós estamos diante dessa perspectiva”, disse.

EXPERIÊNCIA COM CRISES

Generosamente, Mauro Rosa compartilhou com os Auditores Fiscais presentes muitas histórias de crises nas quais já atuou.

“Eu trabalhei com várias das grandes empreiteiras, vários dos grandes bancos. Trabalhei com o pessoal da CBF, nesse escândalo da FIFA. Com a Vale, agora na questão de Mariana. Várias empresas da lava jato. Sempre grandes casos de muita repercussão. São vários problemas grandes e crises graves que envolvem líderes empresariais grandes”, afirmou.

No entanto, um dos trabalhos recentes do consultor tornou-se um problema na sua própria vida. Isso porque Rosa aceitou trabalhar em uma grande crise de comunicação envolvendo o grupo Cacino da França – durante a disputa bilionária pelo controle do grupo Pão de Açúcar com o antigo controlador Abílio Diniz.

Na época, o consultor contratou uma assessora de imprensa para auxiliá-lo e, anos mais tarde, o nome da funcionária foi colocado em escândalos no governo de Minas Gerais.

“Quando houve essa erupção desse caso em Minas, claro, foram atrás das notas fiscais que ela tinha emitido e nisso jogaram a tarrafa e foram pegando todo mundo. E nisso foram lá na minha casa. (...) às 5h30 da manhã dois camburões da Polícia Federal bateram na minha casa”, afirmou o palestrante.

Rosa contou, ainda, que fizeram busca e apreensão em 15 outros escritórios, aos quais, pelo menos 13, ele já havia prestado serviço.

Diante dessa situação, o consultor disse que foi munido da sua dignidade e procurou não chamar a atenção.

“Porque a vida da gente não é um case. A vida da gente não cabe nas regras técnicas, abstratas. Porque quando a coisa envolve vergonha, dor, medo, ou a razão, pode ser que você não faça o que é melhor para você, mas você faz aquilo que lhe deixa melhor. E muitas vezes essas coisas não são as mesmas”, afirmou.

Ao fim do caso, o consultor afirmou que o fato de ter definido algumas regras estruturais na sua vida o ajudou a enfrentar essa situação de escândalo. Uma delas foi nunca ter aceitado dinheiro público, em nenhum trabalho da sua carreira.

“Não existe uma contradição entre tomar uma decisão racional e tomar uma decisão intuitiva. A balança, aquilo que mede, aquilo que dá o peso que a razão vai ter é a intuição. Às vezes você toma uma decisão 70% racional, 50, 100. Mas é a intuição...”, completou.





Segundo o palestrante, toda a exposição pessoal a que foi submetido serviu para marcar sua experiência no gerenciamento de crises com uma situação particular. “Eu senti uma dor, um sofrimento que nenhum profissional sente quando não é na própria pele. Eu tive oportunidade de, até reciclar um pouco a minha visão cientificista”, explicou.

Após vinte anos trabalhando com crises, Rosa afirmou que esse momento de crise pessoal foi um background importante para sua carreira.

Dessa forma, o palestrante confirmou sua premissa de que a manutenção da “saúde” da reputação pessoal é uma realidade necessária, reconhecida, principalmente, em momentos de crise.

“Numa organização, numa carreira, você não pode impedir um resfriado, um ataque especulativo. É por isso que na saúde, ou nos tempos

em que você está bem, você precisa buscar ter uma saúde boa inclusive para enfrentar os perrengues que, inevitavelmente, você vai enfrentar. Estamos falando de um sistema imunológico da reputação”, explicou o consultor.

Para Rosa, assim como os “resfriados” podem acontecer, as doenças

crônicas também são possíveis, no entanto é preciso coerência e calma nessas situações. “A administração disso chama-se: vida. Então se você começa toda hora a definir nortes contraditórios – porque sofreu uma pressão aqui ou ali, o resultado é que você perde o seu próprio rumo”, explicou.





Partilha federativa de recursos no Brasil

A palestra de encerramento do VI Seminário do Fisco Paranaense foi conduzida pelos Auditores Fiscais Gedalva Baratto e Francisco de Assis Inocencio, que trouxeram ao público a questão da partilha federativa de recursos no Brasil.

Gedalva Baratto deu início à palestra de encerramento do Seminário fazendo uma breve explicação sobre a temática da partilha federativa de recursos. “A ideia é provocar algumas questões que os Auditores estão precisando enfrentar também. Não apenas olhar o ICMS, mas começar a olhar a questão da partilha federativa de recursos no Brasil”, explicou.

Para a Auditora, a importância do tema se dá, justamente, pela necessidade dos colegas do fisco entenderem um pouco mais das outras receitas do Estado, além da tributária.

“Às vezes precisamos trazer um pouco mais de informação do lado financeiro, do lado da despesa, de como são compartilhadas as receitas – porque cada vez mais é exigido do profissional que ele tenha percepções múltiplas e interface com outras ciências e dimensões que envolvem a profissão dele”, justificou.

A abordagem da Auditora foi permeada em, basicamente, quatro eixos: o federalismo fiscal em si, a reforma do ICMS, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o marco legal do mar territorial.

“Bom, o pano de fundo, é óbvio, é o federalismo fiscal brasileiro. Não dá para a gente, aqui, fazer uma abordagem abrangente sobre o que é o federalismo, porque é um assunto com mais de 500 definições. Seja no âmbito jurídico, seja âmbito econômico e social”, afirmou a palestrante.

Para Gedalva, o ambiente de discussão da partilha federativa corresponde ao entendimento sobre como podem ser desenhadas e implementadas políticas públicas nacionais no Brasil – mesmo diante da alta desigualdade regional e social, com acirrada competição regional, poucos mecanismos de cooperação intergovernamental e poucos recursos públicos concentrados na União.

“E isso reporta um pouco a discussão de dois conceitos. Eu chamo a atenção de dois deles: a discussão de sobe-

rania e autonomia. Como é que se faz para dosar isso? Como é que se pode manter uma certa soberania das unidades federadas?”, questionou.

Além disso, segundo a Auditora, essa questão da partilha federativa também está relacionada à discussão entre cooperação e competição, no que diz respeito à dúvida de como equilibrar e produzir consensos.

“Equilibrar não no sentido de ficar certinho. Mas no sentido de você conseguir caminhar na direção de obter consensos, apesar da adversidade, apesar das desigualdades inter-regionais, apesar da pouca prática e experiência no Brasil para mecanismo de cooperação intergovernamental”, explicou Gedalva.

“Aqui é uma engenharia política entre um todo e as partes. Como é que

você vai dosando essa tensão? E como é que você faz para articular as partes em torno de um todo? Como é que você faz, ao mesmo tempo para preservar a autonomia, mas que isso não comprometa os projetos nacionais? Como é que se faz para equilibrar essas questões?”, completou.

CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

A Auditora dedicou alguns slides da sua apresentação para trazer um panorama geral da carga tributária no Brasil.

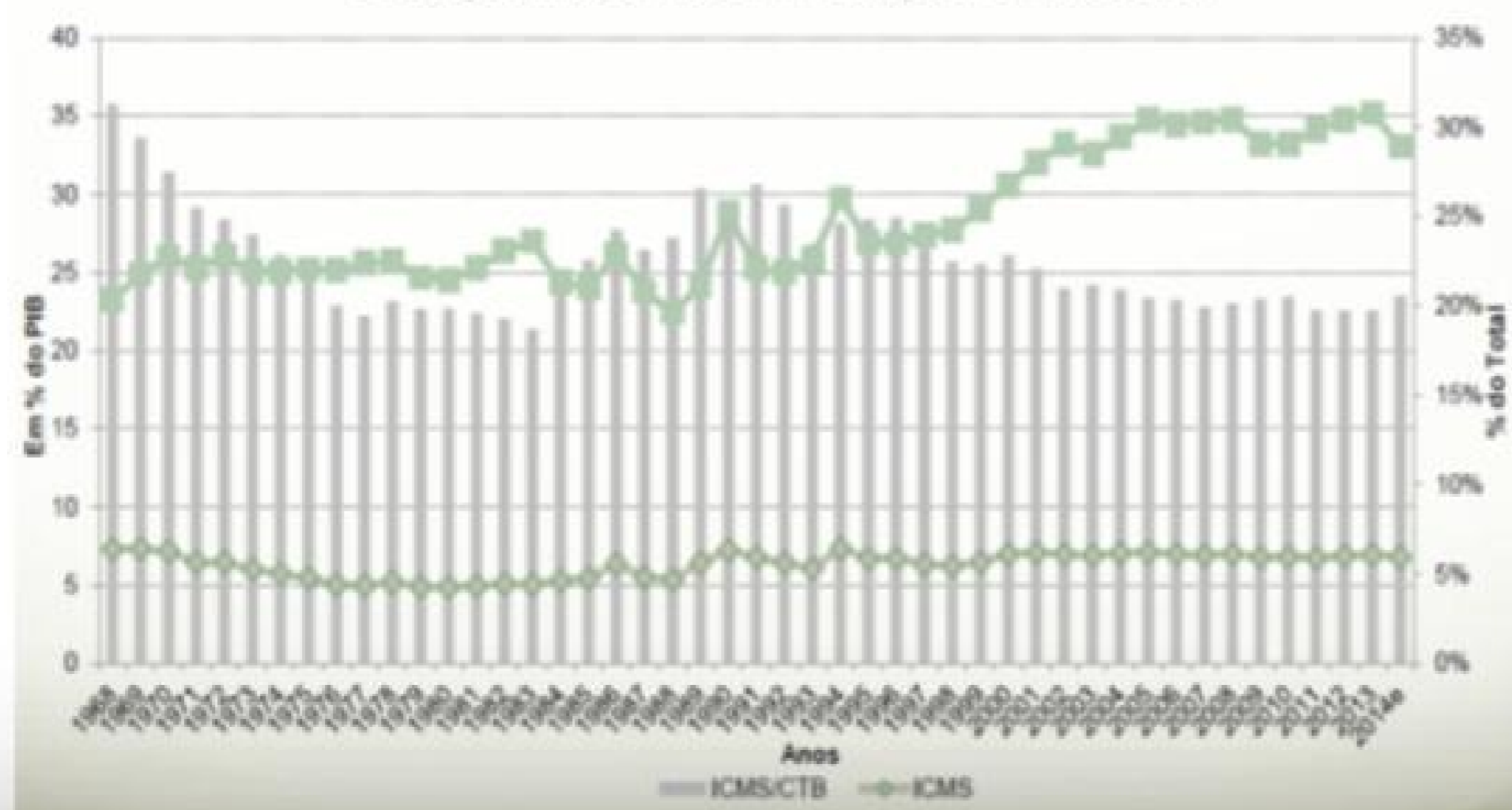
Conforme sua explicação, a carga bruta global de tributos registrou um crescimento permanente desde o Pós-Guerra. No entanto, não há aumento significativo registrado no ICMS.

ESVAZIAMENTO DO ICMS

- ▶ **Competição na tributação dos bens e serviços**
- ▶ **Guerra fiscal**
- ▶ **Esgotamento da concentração no ICMS seletivo**
- ▶ **Antecipação e substituição tributária**

ICMS X CARGA TRIBUTÁRIA GLOBAL

Evolução Histórica da Tributação: CTB x ICMS



▶ **ICMS em 1969:**
7,32% do PIB
(30% da carga global)

▶ **ICMS em 1988:**
5,3% do PIB

▶ **ICMS em 2014:**
6,79% do PIB
(20,6% da carga global)

Fonte: Apresentação de José Roberto R. Afonso na audiência pública da CAE/Senado em 11/03/2013.

“[A carga tributária global] é crescente, tem alguns vales e tudo mais. Aqui embaixo, mais embaixo está o ICMS, que está do mesmo tamanho que estava em 1968”, afirmou.

No que diz respeito à receita disponível, Gedalva apresentou uma evolução histórica da receita dos estados e dos municípios.

“Os estados tinham 35% na receita disponível, mas logo no começo da centralização da união com as políticas da década de 60 da ditadura houve uma concentração na União. Então, cai a participação dos estados”, expôs.

Segundo a palestrante, tal esvaziamento se dá, principalmente, em razão da competição na tributação dos bens de serviços e a partir da criação de PIS, COFINS, IPI, CIDE, IOF e outros.

“A gente deixou a união avançar, ocupar o nosso espaço. Nesse sentido, a guerra fiscal entre estados reduziu a carga e permitiu que a união fosse ocupando esses espaços. Aumentando a carga tributária do PIS/COFINS”, exemplificou Gedalva.

Com relação à partilha federativa de recursos, Gedalva apresentou um gráfico demonstrando que há um intrincado mecanismo de partilha pela via tributária e transferências governamentais. Segundo ela, a diferença entre a arrecadação direta e os recursos disponíveis no total ficam cercados nessa questão.

Nesse momento da palestra, a Auditora chamou a atenção do público presente, questionando o destino do ICMS.

“O ICMS interestadual é um mecanismo de partilha horizontal de recursos no Brasil. Esferas do mesmo



nível do governo, transferindo dinheiro de uma para outra utilizando o contribuinte para dividir esse dinheiro. Então eu chamo a atenção porque a gente é da área do ICMS. Você tem uma partilha de recursos no Brasil Intergovernamental, mas você tem uma partilha horizontal de recursos que é operacionalizada pelo ICMS”.

Gedalva apresentou, ainda, dados sobre as transferências intergovernamentais em 2014 e detalhes sobre a tipificação desses repasses (devolutivo, redistributivo/livres, redistributivo/condicionados, compensatório, misto ou voluntário).

Para a Auditora, esse modelo de transferências prejudica o trabalho do fisco e é espelho das contradições de uma federação que não tem um ambiente, “um costume, uma cultura de uma cooperação intergovernamental que facilita os consensos e que todos olhem para o objetivo mais nacional e não só para o seu próprio interesse regional”.

“Imagina como seríamos eficientes num modelo melhor. Eu acho que o dilema todo, então, que está no pano de fundo, é o federalismo. O ICMS é um tributo que, vocês sabem, exigiria uma harmonização tributária pra funcionar bem”, finalizou Gedalva, que se colocou à disposição dos Auditores para alongar a discussão em outras oportunidades.

**“A GENTE DEIXOU
A UNIÃO AVANÇAR,
OCUPAR O NOSSO
ESPAÇO. NESSE
SENTIDO, A GUERRA
FISCAL ENTRE
ESTADOS REDUZIU A
CARGA E PERMITIU
QUE A UNIÃO FOSSE
OCUPANDO ESSES
ESPAÇOS.”**

Gedalva Baratto

e 80. A partir de
o pagamento da dívida

al do setor público +
nanceiro dos estados
mentos.



Arrecadação e investimentos: para onde vamos?

O Auditor Fiscal Francisco de Assis Inocencio encerrou as atividades do Seminário complementando as questões propostas por Gedalva Baratto e apresentando uma análise do gasto público.

Diante do diagnóstico de arrecadação e investimentos apresentado na palestra de Gedalva Baratto, o Auditor Fiscal da Sefa Francisco de Assis Inocencio deu sequência ao tema partilha federativa de recursos no Brasil com uma palestra sobre a qualidade do gasto público.

Partindo dos dados apresentados por Gedalva, o Auditor buscou inteirar o público presente sobre a saturação da despesa e da receita do estado.

Segundo Inocencio, o olhar do fisco nesse momento deve ser voltado, prioritariamente, para a qualidade do

gasto público. “Nós temos que decidir qual é o estado que nós queremos. Essa é uma decisão”, afirmou.

SATURAÇÃO DA RECEITA

Durante a palestra, o Auditor afirmou que, quando se fala em gasto público, existem quatro estruturas básicas de gasto: com pessoal, com custeio, com investimentos e, por fim, com o pagamento da dívida.

Conforme sua exposição, a “saúde” do estado depende do equilíbrio desses gastos – entretanto, com o pas-

sar dos anos, foi verificado um crescimento exponencial que chamamos de despesa corrente (gastos compostos por pessoal, juros, encargos da dívida e outras despesas correntes que são o custeio).

Ao mesmo tempo, o estado diminuiu a base inferior da análise, que é sua capacidade de investimentos.

Assim sendo, concretizou-se um cenário de saturação da receita.

“Eu aumentei a estrutura da máquina, tornei a máquina mais robusta. Por outro lado eu não estou conseguindo investir. Quando eu falo investimento, não é o investimento físico, mas sim o investimento em serviço, o investimento administrativo. Então é toda essa estrutura. Não adianta o estado contratar Policial Civil, se não comprar viatura. Viatura é investimento”.

Da mesma forma, “não adianta colocar médico nos hospitais se eu não comprar o equipamento de tomografia”, explicou.

Por isso, Inocencio afirmou que o grande desafio da população, e também do fisco, é decidir se quer um estado robusto para atender o artigo V e VI da Constituição, “ou nós queremos um estado mínimo que nós atribuímos alguns dos serviços e algumas das funções à iniciativa privada”?

“Porque se o fisco decidir que o estado não tem que prestar esse serviço, tudo bem, nós temos que conceder a iniciativa privada. Tudo bem se o fisco entender que nós temos que prestar esse serviço para a população, então o fisco tem que se envolver. Ou aumenta a receita ou ele trabalha na qualidade do gasto ou otimiza o gasto”, explicou.

RECUPERAR INVESTIMENTOS

Conforme apresentação do palestrante, a recuperação dos investimentos do estado é fundamental para que fatores fundamentais, como crescimento econômico, possam acontecer.

“Quando o investidor chega aqui ele pergunta assim: ‘poxa, eu vou co-

locar uma empresa lá em Ortigueira. Mas, poxa, você não tem estrada para eu escoar a minha produção. Não tem linha férrea. Você não tem hospital lá. Você não tem escola”’, explicou.

A partir disso, Inocencio expôs que, dentro da concepção de investimento, é necessário ampliar o investimento público para duas dimensões: gastos

DUAS DIMENSÕES PARA O INVESTIMENTO PÚBLICO

- ▶ Gastos de investimento e inversão financeira pela via da despesa;
- ▶ Gasto tributário = renúncia fiscal de receita.

COMO RECUPERAR GASTOS COM INVESTIMENTOS

- ▶ Conceito ampliado de investimento;
- ▶ Investir nas empresas mais intensamente: guerra fiscal entre os estados utilizando o ICMS como instrumento;
- ▶ A guerra fiscal não é uma política virtuosa, mas nenhum estado pode ficar de fora do jogo.

de investimento e inversão financeira pela via da despesa e os gastos tributários via renúncia fiscal de receita.

“Muitas pessoas não gostam desse termo [renúncia fiscal da receita]. Mas nós analisamos ele como uma forma de você financiar, de você viabilizar aquilo que o estado tem capacidade de fazer”, explicou.

Outra questão importante para a recuperação da capacidade de investimentos seria investir nas empresas com a guerra fiscal.

Segundo Inocencio, a guerra fiscal não é uma política virtuosa, mas faz-se necessária.

“Então você utiliza o ICMS como instrumento de atração de investimento. (...) ninguém gosta da guerra fiscal. Mas nós temos que tomar essa decisão: ou nós estamos fora do jogo ou nós entramos na guerra fiscal”, justificou.

Outro ponto defendido pelo Auditor foram os programas de incentivos fiscais.

“Nós temos que viabilizar, melhorar nossa capacidade de investimento. Nós temos que melhorar a infraestrutura necessária, da qualidade, para você potencializar isso daqui. Porque a carteira dos programas de incentivo, por mais que algumas pessoas critiquem a concessão, se você verificar em termos de fluxo líquido ela até que é mais ou menos equilibrada”, explicou.

ENCERRAMENTO

Após abordar outras questões, Francisco Inocencio trouxe uma reflexão aos colegas do fisco, no que diz respeito ao desejo da categoria frente ao rumo do estado.



“O que nós queremos para o nosso estado? O que nós queremos para os recursos que nós sofremos para buscar? Nós queremos que seja introspectivo ou seja para manter a máquina pública, ou nós queremos que esse recurso que nós arrecadamos se reverta em investimento para atender a demanda da população? (...) então vamos cobrar uma boa execução do gasto”, questionou.

Em seguida, o Auditor finalizou sua palestra afirmando que o diagnóstico apresentado teve a finalidade de despertar a atenção do público sobre a questão do gasto público.

“No final do ano, quando falta dinheiro, a única coisa que dizem é o seguinte: o fisco não conseguiu arrecadar. Ninguém olha para o lado da receita. Então vamos cobrar uma boa execução do gasto... esse é o nosso papel”, afirmou.

“O QUE NÓS QUEREMOS PARA O NOSSO ESTADO? O QUE NÓS QUEREMOS PARA OS RECURSOS QUE NÓS SOFREMOS PARA BUSCAR? NÓS QUEREMOS QUE SEJA INTROSPECTIVO, PARA MANTER A MÁQUINA PÚBLICA, OU NÓS QUEREMOS QUE ESSE RECURSO QUE NÓS ARRECADAMOS SE REVERTA EM INVESTIMENTO PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO?”

Francisco Inocencio





VI SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE



VI SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE

Galeria 



VI SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE

CRISE
ECONOMIA POLÍTICA

OS DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS
NO SETOR PÚBLICO

GESTÃO ÉTICA MORAL

REALIZAÇÃO:



SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ